

A CIDADE PÓS-CLÁSSICA NO ORIENTE: O CASO DE ANTIOQUIA (SÉC. III-VII)

Gilvan Ventura da Silva¹

Resumo: A partir do século III verificamos, no Império Romano, a deflagração de um lento processo por meio do qual a cidade clássica se converterá na cidade pós-clássica, uma modalidade particular de formação urbana própria da Antiguidade Tardia que não deve ser confundida com a cidade medieval, que se afirmará do século VII em diante. Nesse artigo, temos por finalidade refletir sobre os contornos da cidade pós-clássica no Oriente à luz do caso de Antioquia, a metrópole da província da Síria-Coele, no período compreendido entre os séculos III e VII, quando é possível identificar duas fases distintas na história da cidade. Na primeira delas, constatamos uma vigorosa expansão demográfica e territorial, o que consolida a posição de Antioquia como uma *megapólis*. Na segunda fase, iniciada nas primeiras décadas do século VI, a cidade é duramente castigada por uma série de desastres naturais e pelas incursões dos persas, o que acarreta uma retração demográfica contínua acompanhada por alterações visíveis no ambiente construído que, de certa forma, anunciam a emergência da *madina* islâmica. Em 636, quando da chegada dos árabes, Antioquia já não era mais uma *megapólis*, tornando-se uma fortaleza para os novos conquistadores.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Antioquia. História Urbana; Cidade Pós-Clássica.

THE POST-CLASSICAL CITY IN THE EAST: THE CASE OF ANTIOCH (3RD TO 7TH CENTURY AD)

Abstract: From the 3rd century AD onwards we see in the Roman Empire the beginning of a slow process responsible for converting the classical city into the post-classical one, a particular urban form that emerges in the Late Antiquity and that should not be confounded with the medieval town, whose appearance is a phenomenon that occurs in the 7th century. In this article we aim to reflect about the shape of the post-classical city in the East in light of the case of Antioch, the *metropolis* of the Syrian-Coele province, between the 3rd and the 7th centuries, a time span in which is possible to identify two different phases regarding the urban history of the city. In the first one, there is a vigorous demographic growth, what consolidates the position of Antioch as a *megapólis*. In the second phase, starting in the first decades of the 6th century AD, the city is severely struck by natural disasters and by the Persian attacks that bring about a continuous demographic reduction accompanied by noticeable changes in the urban landscape which announce the Islamic *madina*. In 636 AD, when the Arabs entered into Antioch, the city was not a *megapólis* anymore. Therefore, the new conquerors converted it into a fortress.

Keywords: Late Antiquity; Antioch; Urban History; Post-Classical City.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. Email de contato: gil-ventura@uol.com.br

Palavras iniciais

A investigação sobre as cidades, tanto as de ontem quanto as de hoje, tem ocupado, nos últimos anos, uma posição relevante na agenda de pesquisa, consolidando-se assim um campo de reflexão repartido entre as mais distintas especialidades acadêmicas, convocadas a emitir sua opinião acerca de um artefato milenar que se mostra cada dia mais complexo. Tal realidade pode ser comprovada mediante uma rápida prospecção dos inúmeros transtornos característicos da vida urbana que saturam os noticiários: alta do custo de vida, escassez de moradia, ocupação espacial desordenada, insuficiência de investimentos em infraestrutura viária, escalada alarmante dos índices de violência e crescimento da população em condições de vulnerabilidade social, o que por vezes resulta numa imagem caótica da vida urbana. O cenário, decerto, tende apenas a se agravar, uma vez que, segundo o relatório *World Urbanization Prospects*, produzido pelo Department of Economic and Social Affairs da ONU (2019), atualmente 54% da população do planeta vive em áreas urbanas, percentual que deve aumentar para 66% até 2050, com destaque para a Índia, a China e a Nigéria. Como resultado, não apenas o mundo contará, em poucos anos, com um número maior de cidades, como se multiplicarão as assim denominadas megalópoles, ou seja, metrópoles que abrigam um contingente superior a 10 milhões de pessoas e que se encontram envolvidas num processo contínuo de conurbação, de fusão com as áreas vizinhas.² Isso tudo torna a gestão eficiente da vida urbana um dos mais importantes desafios colocados aos homens do século XXI, o que tem estimulado, por sua vez, um volume crescente de estudos visando a elucidar as formas assumidas ao longo do tempo pelas cidades e a maneira pela qual os homens do passado lidaram com os problemas de gestão do espaço urbano e de sua população. Não que o fenômeno urbano tenha sido negligenciado pelos historiadores de outrora, como desmentem as reflexões de Gustave Glotz sobre a *pólis* e de Henri Pirenne sobre as cidades

² Uma metrópole pode ser definida como uma grande cidade, amiúde de tradição centenária, habitada por uma população em torno de 5 milhões de pessoas. Para que se tenha a formação de uma megalópole, acontecimento descrito pelos autores como “megalopolização”, é necessário que a metrópole agregue novas cidades ou cidades antes periféricas, criando-se assim uma extensa região metropolitana, como vemos no caso de São Paulo, da Cidade do México, de Tóquio e de tantas outras. Cf. MEIRELES, M.; SANCHES, C. Atributos que caracterizam uma megalópole. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, n. 10, supl. 1, p. 17-35, 2018.

medievais,³ para não mencionar o trabalho de Lewis Mumford, cuja obra *The city in History*, lançada em 1961, figura como uma das sínteses mais consistentes sobre o tema. Todavia, importa reconhecer que, na atualidade, a História Urbana tem experimentado uma notável renovação,⁴ pois os historiadores, diante dos dilemas ocasionados pela vida nos grandes centros, sentem-se cada vez mais estimulados a contribuir para um debate que se afigura eminentemente multidisciplinar, compartilhando assim com geógrafos, sociólogos, arquitetos, antropólogos, arqueólogos, demógrafos e outros tantos profissionais um território comum, mas ao mesmo tempo seccionado pelas distintas especialidades acadêmicas.

Não por acaso temos testemunhado, ao longo dos últimos anos, uma vigorosa retomada das investigações acerca das cidades antiga e medieval, com certa ênfase na época tardia do Império Romano, na medida em que a cidade – ou a sua ausência – é tomada como um dos principais parâmetros quando se trata de definir as linhas gerais da transição entre o Mundo Antigo e o Medieval, o que explica todo um debate contemporâneo acerca da centralidade da vida urbana na Antiguidade Tardia.⁵ As investigações sobre o tema tendem, então, a se repartir em pelo menos quatro grandes eixos, de acordo com as subdivisões do conhecimento histórico: a história da emergência e organização das cidades no Oriente Próximo;

³ A obra de Glotz à qual nos referimos é *La cité grec (A cidade grega)*, publicada em 1928, na qual o autor busca elucidar os mecanismos de desenvolvimento da *pólis* desde os seus primórdios, na fase final da época homérica, até o período de dominação macedônia, com ênfase no caso ateniense. Já Henri Pirenne é o autor de *Les villes du Moyen Age (As cidades na Idade Média)*, de 1927, cuja polêmica tese do declínio acentuado da vida urbana na Europa Ocidental em decorrência das invasões germânicas, sarracenas e normandas revelou-se bastante influente e duradoura, suscitando por décadas debates acadêmicos acalorados.

⁴ Para uma revisão dos pressupostos teóricos e dos principais marcos historiográficos da História Urbana, consultar RAMINELLI, R. História Urbana. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.; BARROS, J. A. **Cidade e História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

⁵ *Antiguidade Tardia* (em alemão, *Spätantike*) é um conceito que conta já com mais de um século de existência, desde o seu emprego, em 1901, por Alois Riegl, tendo alcançado maior difusão com os trabalhos do filólogo Johannes Straub sobre a *Historia Augusta*. Cf. FRIGHETTO, R. **Antiguidade Tardia**: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformação. Curitiba: Juruá, 2012. p. 20. Embora seja por vezes associada ao colapso do Império Romano do Ocidente e à formação dos reinos bárbaros, vale a pena recordar que Antiguidade Tardia é um conceito que, do ponto de vista temporal, abarca o período compreendido entre os séculos III e VIII – com uma ou outra variante, de acordo com a interpretação do historiador – e, em termos territoriais, engloba as sociedades do Ocidente e do Oriente que gravitavam em torno do Mediterrâneo, incluindo a persa e a muçulmana. Além disso, conforme esclarece WARD-PERKINS, B. **The fall of Rome and the end of civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 171, a maioria das evidências que sustentam o uso contemporâneo do conceito é extraída das regiões do Mediterrâneo oriental.

a história da cidade clássica, ou seja, a greco-romana; a história da cidade pós-clássica; e a história da cidade medieval, que, por sua vez, comporta diversas variantes. Nesse artigo, nos interessa mais de perto a história da cidade pós-clássica, que começa a ser escrita por volta do século III, prolongando-se até pelo menos o século VII. Para o seu estudo não se pode ignorar, em absoluto, o papel desempenhado pela Arqueologia, na medida em que a ampliação da base de dados sobre as *póleis*, *civitates* ou *municipia* é dependente, em larga medida, da ação laboriosa dos arqueólogos, que têm revelado cidades das quais muitas vezes os textos nos legaram apenas o nome.⁶

A bem da verdade, o conhecimento hoje disponível acerca das cidades antigas e medievais tem se estabelecido no quadro das práticas científicas da História e da Arqueologia. Ao contrário dos *corpora* textuais sobre a Antiguidade e a Idade Média, praticamente consolidados, as fontes arqueológicas tendem a crescer exponencialmente, valendo a pena destacar o desafio que oferece hoje uma releitura crítica dos textos tendo por base novos paradigmas, não apenas aqueles potenciados pelos avanços da Arqueologia, mas também aqueles resultantes do refinamento teórico das demais Ciências Humanas.⁷ De fato, a análise do fenômeno urbano na Antiguidade e no Medievo insere-se numa nova agenda de pesquisa que vem se afirmando nas últimas três décadas e que emergiu da superação dos modelos de interpretação mais convencionais da História e da Arqueologia. Essa agenda é composta por novos questionários, metodologias e conceitos e aceita, sem reservas, o caráter heterogêneo das fontes textuais, arqueológicas, iconográficas e epigráficas, todas mobilizadas em favor da compreensão da cidade de um ponto de vista amplo o suficiente para abrigar vários domínios, desde a economia até a vida familiar, passando pelos múltiplos processos de construção

⁶ MARCUS, J.; SABLOFF, J. A. (ed.). **The ancient city**: new perspectives on Urbanism in the Old and New World. Santa Fe: School of Advanced Research, 2008. p. 3.

⁷ Um bom exemplo de como as fontes arqueológicas podem ser mobilizadas para complementar e/ou corrigir a documentação textual no que diz respeito aos estudos de História Urbana é a coletânea organizada por PANZRAM, S. (ed.). **The power of the cities**: Medieval and Early Modern World. Leiden: Brill, 2019., que trata das cidades da Península Ibérica entre o fim da Antiguidade e o início da Modernidade. Nela, os autores sublinham, muito mais do que rupturas, as continuidades das formações urbanas na Península por séculos a fio.

identitária, de diferenciação ou de exclusão próprios da realidade urbana.⁸ Toda essa reflexão exprime, ao fim e ao cabo, os impasses com os quais nos confrontamos na atualidade, pois a investigação sobre o passado encontra-se inevitavelmente atrelada às dúvidas, anseios e demandas que o tempo presente suscita ao pesquisador. Desse modo, talvez não fosse exagero afirmar que, após um século e meio, o *stock* de conhecimento acumulado sobre as cidades antigas e medievais encontra-se hoje em outro patamar, resultado, por um lado, de toda uma renovação teórico-metodológica e, por outro, de uma aproximação cada vez maior entre a História e a Arqueologia, para benefício de ambas.

Em busca da cidade pós-clássica

Quando tratamos da cidade greco-romana, tendemos a associá-la de imediato à cidade clássica, às *póleis* e *civitates* que, por volta do século VIII a.C., emergem na Bacia do Mediterrâneo e cuja existência se prolonga pela Era Cristã, sem ignorar, contudo, as sensíveis alterações verificadas no modo de vida urbano no decurso do tempo, dentre as quais uma das mais substantivas é a conversão da outrora cidade-Estado independente numa célula da administração régia ou imperial, como vemos nas fases de predomínio helenístico e romano, momento em que, na avaliação de Tate,⁹ é rompida em definitivo a paridade entre a *ásty* (a zona urbana) e a *khora*, o cinturão agrícola circundante. De fato, sob o Império Romano, o lugar ocupado pela população rural na administração municipal e na designação dos gestores tende cada vez mais a diminuir, passando a cidade ao controle de uma elite radicada no núcleo urbano que mantém, com o campo, uma relação basicamente exploratória. Ocorre, no entanto, que a cidade greco-romana, a partir da segunda metade do século III, é atravessada por uma plethora de transformações que afeta bastante a sua lógica interna e os seus mecanismos de reprodução, motivo pelo qual os pesquisadores, na tentativa de captar o teor e o alcance dessas transformações, situadas no período definido como Antiguidade Tardia, têm se

⁸ MARTINS, M. M.; SILVA, G. V. Cidade antiga e sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares. In: FERREIRA, A.; MARQUES, A. (org.). **Atas do II Congresso Histórico Internacional**: as cidades na história, sociedade. Guimarães: Diário do Minho, 2019. p. 76-108.

⁹ TATE, G. Les relations villes-campagnes dans le Nord de la Syrie entre le IV^e et le VI^e siècle. **Topoi. Orient-Occident**, supl. 5, p. 311-318, 2004.

referido amiúde à cidade *pós-clássica*,¹⁰ querendo-se com isso exprimir uma nova configuração urbana que não é nem propriamente antiga nem propriamente medieval, mas uma forma da cidade que deve ser analisada conforme suas peculiaridades. Nesse sentido, ao contrário do que sustenta toda uma narrativa sobre o fim do Império Romano nos termos do colapso da malha urbana, convém não tomar *a priori* a cidade pós-clássica como expressão de uma decadência ou ruína. Outrossim, ela não deve ser tampouco considerada uma realidade transitória, mera antecipação de formas urbanas definitivas que surgirão mais tarde, na Europa ocidental e nos territórios orientais controlados pelo Islã. Muito embora apresentando características herdadas da época anterior, a cidade pós-clássica apresentaria alguns marcadores que resguardariam a sua singularidade, obrigando-nos a examiná-la segundo os seus próprios cânones.

Antes de mais nada, como pondera Loseby,¹¹ é necessário redimensionar os termos da polarização geográfica existente no Império Romano, pois, no que se refere à vida urbana, a oposição principal entre os territórios controlados por Roma não se resolvia por meio da equação Leste X Oeste, mas sim Sul X Norte, uma vez que as cidades localizadas na órbita do Mediterrâneo revelaram-se muito mais ativas e persistentes do que aquelas situadas nas zonas setentrionais, o que simplesmente nos impede de construir meta narrativas capazes de dar conta de realidades tão díspares, devendo-se antes investir numa abordagem mais restrita do ponto de vista geográfico, mas nem por isso menos produtiva quando se trata de elucidar as linhas gerais de funcionamento das cidades na época tardia. Em segundo lugar, não é possível supor que, na Antiguidade Tardia, a trajetória da cidade greco-romana exprima à partida um esgotamento inexorável atrelado às vicissitudes do poder imperial, cada vez mais confrontado pelas investidas de germanos, persas e árabes, o que nos induziria a supor uma simbiose entre a cidade, o fenômeno urbano *per se*, e os Impérios Romano – num primeiro momento

¹⁰ Dentre os autores que empregam a expressão *cidade pós-clássica*, contam-se: WHARTON, A. **Refiguring the post-classical city**. New York: Cambridge University Press, 1995.; DICKINSON, C. P.; VAN NIJF, O. (ed.). **Public space in the post-classical city**. Leuven: Peeters, 2013. e RAPP, C.; DRAKE, H. (ed.). **The city in classical and post-classical world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

¹¹ LOSEBY, S. T. Mediterranean cities. In: ROUSSEAU, P. (ed.). **A companion to Late Antiquity**. Malden: Blackwell, 2012. p. 139-155.

– e, mais tarde, Bizantino, de maneira que a falência da unidade política seria condição suficiente para o desaparecimento da célula urbana. Ao rejeitarmos uma interpretação como essa, nos afastamos da posição historiográfica assumida por Liebeschuetz¹² e Ward-Perkins¹³, autores que, retomando as antigas teses “decadentistas” cujas raízes remontam pelo menos a Gibbon e mantendo-se presos à lógica dos modelos de longo alcance, insistem na existência de uma “queda” ou “ruína” da vida urbana na época tardia, no rastro de uma pavorosa entropia das estruturas imperiais. Desse modo, julgamos que as cidades pós-clássicas – e nos referimos àquelas que gravitavam em torno do Mediterrâneo – devam ser estudadas à luz de um amplo espectro de alterações que vão pouco a pouco redefinindo suas características e funções, mas sem que isso implique um colapso iminente e ubíquo. Para tanto, concorre um conjunto de fatores que introduzem modificações consideráveis na gestão e na paisagem da cidade antiga, dentre os quais os mais importantes (ou ao menos os mais perceptíveis) são, sem dúvida, a intervenção crescente do Estado na administração das *póleis* e *civitates*, a reforma do espaço para atender às exigências do poder imperial e a cristianização do perímetro urbano.

Do ponto de vista administrativo, observa-se, nos séculos IV e V, um progressivo esvaziamento do conselho municipal (a *curia* ou *boulê*), no qual tinham assento os membros do *ordo decurionum*, ou seja, os notáveis locais responsáveis pela arrecadação de impostos, pelo abastecimento da cidade e do exército, pela conservação das estradas e do *cursus publicus* e pela subvenção de todas as comodidades próprias da vida urbana, a exemplo dos jogos, espetáculos cênicos e festivais. Um dos indícios mais consistentes desse esvaziamento teria sido a redução progressiva do *ordo*, na medida em que seus integrantes buscavam se evadir das suas obrigações curiais mediante o ingresso na hierarquia militar, na ordem senatorial, na carreira eclesiástica ou num dos inúmeros *officia* da chancelaria imperial, desferindo assim um golpe sem precedentes na *curia*, um dos

¹² LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **The decline and fall of the Roman city**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

¹³ WARD-PERKINS, B. *Op. cit.*, p. 169 *et seq.*

pilares da vida urbana.¹⁴ Durante muito tempo, o esvaziamento das *curiae* foi interpretado como um sinal inequívoco da ruína das cidades na época tardia.¹⁵ Estudos recentes, no entanto, têm assinalado que a evasão dos decuriões não pode, em absoluto, ser tomada como prova cabal do colapso da vida urbana, uma vez que se verifica, a partir do século IV, uma mudança na elite dirigente da cidade, acontecimento conectado ao crescimento da ingerência da corte na administração municipal. Na realidade, o que parece ocorrer é uma perda de autonomia do conselho local, substituído nas suas atribuições pelos funcionários imperiais – governadores de província, vicários, *curatores*¹⁶ – e pelos assim denominados *honorati*, ou seja, antigos funcionários de categoria senatorial, que passarão a assumir os encargos relativos à arrecadação de impostos e ao exercício do evergetismo, superando em dignidade os decuriões e com eles estabelecendo uma relação por vezes conflituosa.¹⁷ Ao mesmo tempo, o governo imperial retira das mãos da *curia* o controle sobre rendimentos (*vectigalia, fundi*) provenientes das terras pertencentes à cidade,¹⁸ passando ele mesmo a gerir esses fundos.¹⁹ Segundo Whittow,²⁰ é em virtude de uma conjuntura como essa que as cidades da zona meridional do Império conseguem se manter ativas, pois contam com uma elite de funcionários ou ex-funcionários capazes de administrá-las, aos quais logo

¹⁴ BUTCHER, K. **Roman Syria and the Near East**. Los Angeles: Getty Publications, 2003. p. 262.

¹⁵ Um dos defensores mais notórios dessa tese foi Jones, em seu monumental estudo sobre o Império Romano tardio: JONES, A. H. M. **The Later Roman Empire (284-602)**. Oxford: Basil Blackwell, 1964. Opinião semelhante à de Jones é aquela compartilhada, dentre outros, por ALFÖLDY, G. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

¹⁶ Os *curatores*, que se multiplicam sob o governo de Diocleciano, eram emissários designados pela chancelaria imperial para controlar as finanças municipais, mas também para supervisionar a reforma e construção dos monumentos e garantir a ordem pública local. Sobre o assunto, consultar DEY, H. **The afterlife of the Roman city: architecture and ceremony in Late Antiquity and Early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 28.

¹⁷ LOSEBY, S. T. *Op. cit.*, p. 145.

¹⁸ WARD-PERKINS, B. *Op. Cit.* p. 371-410. v. XII.

¹⁹ Em 361, ao assumir a púrpura, Juliano decide devolver às cidades as propriedades que haviam sido confiscadas pelos governos anteriores. No entanto, logo após sua morte essa decisão é tornada sem efeito. Em 374, Valentiniano e Valente determinam que as cidades deveriam reter ao menos 1/3 da riqueza produzida pela *khora*, o que decerto traz algum alívio para as finanças municipais, mas sem qualquer pretensão de retorno ao antigo sistema de gestão das terras cívicas, superado em definitivo mediante a centralização promovida pelo *Dominato*. Para informações mais detalhadas. Cf. CARVALHO, M. M. Relações conflituosas entre o imperador Juliano e a cidade de Antioquia. *In*: CARVALHO, M. M.; LOPES, M. A. S.; FRANÇA, S. S. L. (org.). **As cidades no tempo**. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 113-123.

²⁰ WHITTOW, M. Ruling the Late Roman and Early Byzantine city: a continuous history. **Past and Present**, n. 129, p. 3-29, 1990.

vieram se somar os bispos, de maneira que o esgotamento do modelo de administração assentado nas *curiae* nem sempre implicou o desmonte da gestão municipal.

Embora os recursos extraídos das propriedades da *khora* fossem empregados alhures, nos gastos com o exército e a burocracia, uma parcela não desprezível dos rendimentos locais era investida em benefício da própria cidade, em especial na construção de aparatos arquitetônicos não raro onerosos que atendiam agora aos interesses do poder imperial. Segundo Hendrik Dey,²¹ essa interferência dos soberanos na configuração da paisagem urbana é um dos traços mais evidentes da cidade pós-clássica, na medida em que, começando sob Diocleciano, diversos núcleos urbanos, tanto a Oriente quanto a Ocidente, passaram por obras extensas cujo propósito era exaltar o regime. Nesse sentido, as cidades do Império – ou ao menos aquelas mais importantes – tendem a se converter em “vitrines” do poder, como comprova o aumento de inscrições epigráficas celebrando a generosidade dos imperadores e dos funcionários mais graduados. Em termos arquitetônicos, tal investimento se consubstancia na renovação/criação de avenidas monumentais ladeadas por colunas que, atravessando a *ásty* de um portão a outro, se tornam palco privilegiado para as cerimônias cívicas destinadas a celebrar a glória do poder imperial, dentre as quais a mais importante era o *adventus*, a entrada solene do soberano, da sua efígie ou de seus representantes na cidade, ato que, na época tardia, equiparava-se a uma autêntica epifania.²² Para além das muralhas, que começam a se multiplicar no século IV, acompanhando o clima de insegurança provocado pelo recrudescimento dos conflitos com a Pérsia Sassânida e pelas investidas rotineiras das tribos germânicas no *limes*, o aparato monumental mais ambicioso e caro da cidade pós-clássica são as avenidas margeadas por colunas e pórticos que, na avaliação de Dey, “proliferaram devido à sua capacidade em transformar a paisagem urbana em

²¹ DEY, H. *Op. cit.*, p. 33 *et seq.*

²² MacCORMACK, S. **Art and ceremony in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1981. p. 62 *et seq.*

cenários majestosos cuja função era dar suporte às cerimônias do imperador e de seus representantes”.²³

Por último, mas não menos importante, é preciso considerar o impacto do processo de cristianização sobre a vida urbana, não apenas do ponto de vista de um aumento expressivo na quantidade de conversões, mas também na capacidade de a elite episcopal interferir na configuração do território cívico, atuação que, segundo Dey,²⁴ deve ser interpretada à luz das reformas implementadas pelos soberanos, uma vez que o bispo, em muitas circunstâncias, agia ao mesmo tempo como dignitário local e como representante da *domus* imperial, aproveitando-se igualmente dos monumentos urbanos financiados com recursos públicos para celebrar a sua glória ou a dos santos de sua devoção, razão pela qual, a partir do século IV, a entrada de um novo bispo ou das relíquias de um mártir na cidade será tratada nos termos de um *adventus* cujo principal suporte serão justamente os portões e a avenida das colunatas.²⁵ Mas a Igreja não se limita a tirar partido da arquitetura cívica remodelada para atender aos propósitos da administração central. Pelo contrário, ela mesma investe em edifícios e monumentos próprios, que algumas vezes são subvencionados pelos imperadores, mas em outras não. Desse modo, a cidade pós-clássica passa a contar com uma plethora de edifícios associados ao culto cristão e às obras assistenciais executadas pela Igreja, dentre os quais os mais importantes são os templos, em especial aqueles que seguem o padrão da antiga basílica romana; os *martyria* (sepulturas dos mártires); os mosteiros; os *hospitia* ou *xenodocheia* (abrigo para viajantes e peregrinos); e os *nosokomia* (instalações para o tratamento de leprosos e demais enfermos).²⁶ Disso tudo resulta que a cidade pós-clássica é uma realidade complexa, submetida a agudas transformações que não assinalam, em todo lugar e de modo absoluto, um enfraquecimento, um esgotamento ou uma ruína, mas antes comportam nuances e variações, de maneira que as cidades da época tardia, sem prejuízo das

²³ DEY, H. *Op. cit.* p. 101.

²⁴ *Ibidem*, p. 10.

²⁵ MARAVAL, P. **Lieux saints et pèlerinages d'Orient**. Paris: Du Cerf, 2011. p. 48.

²⁶ PERRIN, M. Y. Le nouveau style missionnaire: la conquête de l'espace et du temps. In: MAYEUR, J. et al. (éd.). **Histoire du Christianisme**. Paris: Desclée, 1995. p. 585-621. t. 2. Ver também SALAMITO, J. M. La christianisation et les nouvelles règles de la vie sociale. In: *Ibidem*, p. 675-717.

características comuns que porventura as unam, devem ser também compreendidas e avaliadas naquilo que as distinguem.

Tendo em vista estas considerações, pretendemos, neste artigo, discutir a situação de Antioquia, a metrópole da província da Síria-Coele,²⁷ entre os séculos III e VII. Nesse intervalo, é possível identificar duas fases distintas na história da cidade: na primeira delas, constatamos uma vigorosa expansão demográfica e territorial, o que consolida sua posição como uma das maiores cidades do Império Romano. Na segunda, iniciada nas primeiras décadas do século VI, Antioquia é duramente castigada por uma série de desastres naturais e pelas incursões dos persas, verificando-se uma contínua retração demográfica acompanhada por modificações substantivas no ambiente construído, o que assinala a perda progressiva de importância da cidade até a conquista pelos árabes, em 636, malgrado todo o esforço despendido pelos imperadores bizantinos com o propósito de garantir sua existência, não apenas pela posição estratégica que ocupava, pois Antioquia era o principal posto avançado do Império na guerra contra a Pérsia Sassânida, mas também por ser a grande metrópole da Síria-Palestina, a “bela coroa do Oriente”, como havia definido de modo lapidar Amiano Marcelino,²⁸ um dos seus nativos mais ilustres. Desse modo, entre meados do século III e as primeiras décadas do século VII, Antioquia é atravessada por profundas alterações que revelam um pouco da complexidade subjacente ao estudo da História Urbana da Antiguidade Tardia, permitindo-nos assim aclarar as linhas de força pelas quais, no Oriente, a *pólis* foi pouco a pouco se convertendo na *madina*, acontecimento que, importa antecipar, não significou um “declínio” ou uma “ruína” do padrão arquitetônico clássico, substituído pelas formas erráticas da cidade árabe, mas uma reconfiguração que obedecia às exigências do contexto histórico, como pretendemos demonstrar no decorrer de nossa exposição.

²⁷ A criação da província da Síria-Coele remonta à época de Septímio Severo. Mais tarde, em algum momento entre 413 e 417, foi criada a província da Síria *Secunda*, que reunia territórios destacados da Síria-Coele, cf. KENNEDY H.; LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. Antioch and the villages of Northern Syria in the fifth and sixth centuries A. D.: trends and problems. **Nottingham Mediaeval Studies**, n. xxxiii, p. 65-90, 1989. 1989. p. 77. Já no século VI, houve uma nova reorganização administrativa, quando então a antiga Síria-Coele foi renomeada como Síria I, cf. KENNEDY, H. From *polis* to *madina*: urban change in late antique and Islamic Syria. **Past and Present**, n. 106, p. 3-27, 1985.

²⁸ AMMIANUS MARCELLINUS. **History**: books 20-26. Translated by John C. Rolfe. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, XXII, 9, 4.

A formação de uma *megapólis*

Daquilo que sabemos acerca de Antioquia, ao menos a partir da segunda metade do século III, parece-nos que a cidade se ajusta sem maiores dificuldades à definição de *megapólis* formulada por Claude Nicolet,²⁹ que se fundamenta em critérios qualitativos para definir as cidades de Roma, Constantinopla, Alexandria, Cartago e Antioquia sob o Império Romano. Segundo o autor, uma *megapólis* seria: a) uma cidade apartada do seu sítio imediato, ou melhor, atravessada por redes relacionais “extremamente extensas, por vezes no limite do mundo conhecido”; e b) o epicentro de correntes migratórias próximas ou distantes. Ambas as condições são satisfeitas por Antioquia na época tardia, pois sabemos que a *pólis* não apenas era destino regular de camponeses provenientes das aldeias da *hinterland* síria e de estudantes das províncias vizinhas, mas que também experimentava um notável crescimento populacional.³⁰ Segundo Will,³¹ num estudo criterioso a respeito das dimensões de Antioquia, o perímetro da cidade na época romana, incluindo a ilha formada pelo Orontes, deveria remontar a 500 ha, mais que o dobro, por exemplo, de Apameia, uma *polis* vizinha. Quanto ao montante da população, o autor calcula que o recinto intramuros reunisse, na pior das hipóteses, 160.000 habitantes, aos quais deveriam ser acrescidos aqueles assentados nas regiões periféricas, como o subúrbio de Dafne, distante cerca de 8 km do Portão do Sul, caracterizado por densa ocupação. Na avaliação de Will, Antioquia seria assim o ponto focal de um vasto território, denominado *Antiocheia*, que se estendia pelo Vale do Amuk. Se contabilizarmos toda a região da *Antiocheia*, é possível alcançar com facilidade uma cifra de 300 mil habitantes ou mais, cifra compatível com o incremento das atividades agrícolas na *hinterland* síria a partir do século III, quando ocorre uma elevação considerável da produção de azeite e vinho cujo mercado consumidor

²⁹ A bem da verdade, NICOLET, C. Introduction. In: NICOLET, C.; ILBERT, R.; DEPAULE, J. C. (éd). **Mégapoles méditerranéennes**: géographie urbaine rétrospective. Rome: École Française de Rome, 2000. p. 11-19, emprega o vocábulo *mégapole*, grafado em francês, cuja tradução mais fidedigna para o português seria megalópole, conceito que tem se tornado cada vez mais usual no debate contemporâneo sobre a História Urbana. No entanto, a fim de evitar o risco de anacronismo ao nos referirmos às grandes cidades do Império Romano, optamos por traduzir *mégapole* como *megapólis*, mas sem trair o sentido original atribuído ao conceito pelo autor.

³⁰ SALIOU, C. Mesurer le paradis: contributions au portrait d'Antioche aux époques romaine et protobyzantine. In: NICOLET, C.; ILBERT, R.; DEPAULE, C. H. (dir.). *Op. cit.*, p. 802-819.

³¹ WILL, E. Antioche sur l'Oronte: métropole de l'Asie. **Syria**, n. 74, p. 99-113, 1997.

imediatamente seria a própria cidade. Cálculos ainda mais otimistas que os de Will são aqueles apresentados por De Giorgi,³² para quem, na sua fase máxima de expansão (séc. IV e V), Antioquia teria comportado cerca de 500 mil habitantes, como, no passado, haviam sugerido outros autores.³³

Na condição de *megapólis*, Antioquia passa, entre os séculos III e V, por uma visível expansão territorial e demográfica. De acordo com De Giorgi,³⁴ é nessa época que o povoamento do Vale do Amuk – o vale no qual se situava Antioquia – e dos sopés das cadeias de montanha a Leste, incluindo os Montes Sílios e Estaurino, atingem a sua máxima densidade, coincidindo com o florescimento da cultura da oliveira e da uva nas regiões de altiplano. Por toda a região consolida-se uma rede de pequenos núcleos urbanos, com o conseqüente aumento do fluxo de mercadorias e pessoas entre Antioquia e a *khora*, o que explica a presença frequente, na cidade, de visitantes e recém-chegados. Mais que isso, tudo leva a crer que Antioquia passasse também por um processo de conurbação, incorporando o território de comunidades vizinhas, a exemplo de Gindaro,³⁵ além de Selêucia Pieria, a cidade portuária da costa mediterrânea que, segundo Tate,³⁶ deveria a justo título ser considerada uma extensão do perímetro urbano de Antioquia. Desse modo, as muralhas da cidade não operavam uma separação estrita entre as zonas rural e urbana. Pelo contrário, tanto o Portão de Bereia, ao Norte, quanto o Portão de Dafne, ao Sul, ambos unidos pela avenida das colunatas, eram marcadores topográficos que organizavam a rotina de milhares de indivíduos que diariamente transitavam pelas ruas, pórticos e praças e cujo movimento propiciava a conexão entre campo e cidade, embora nem sempre tal deslocamento fosse visto com indiferença pelos antioquenos, bastante ciosos de suas raízes helênicas em oposição ao campesinato sírio, falante do aramaico.

³² DE GIORGI, A. **Ancient Antioch: from the Seleucid Era to the Islamic conquest**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

³³ DOWNEY, G. The size of the population of Antioch. **Transactions and Proceedings of the American Philological Association**, v. 89, p. 84-91, 1958.

³⁴ DE GIORGI, A. *Op. cit.*, p. 89.

³⁵ LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **Antioch: city and imperial administration in the Later Roman Empire**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1972. p. 40.

³⁶ TATE, G. *Op. cit.*, p. 311.

Um dos indícios mais consistentes de que Antioquia, entre os séculos III e V, se encontrava em franca expansão são as obras de ampliação das muralhas levadas a cabo sob o governo de Teodósio II. Embora, desde a época helenística, a cidade contasse com muros de proteção, não possuímos vestígios das fortificações mais antigas, com exceção de um trecho, em torno do bairro de Epifânia, datado de 170 a.C. No período de dominação romana, temos notícia de que Tibério ordenou a construção de novas muralhas, que passaram então a cobrir a totalidade do perímetro urbano, tendo como limites Norte e Sul o Portão de Bereia e o Portão de Dafne, respectivamente.³⁷ Excetuando um provável reparo feito em 397 por conta de um terremoto ocorrido no ano anterior, o cinturão defensivo de Antioquia permaneceu inalterado até a década de 440, quando o antigo prefeito do pretório, Antíoco Chuzon, foi encarregado por Teodósio II de expandir as muralhas de Tibério em atenção a um pedido feito por Élia Eudócia, que havia recentemente visitado a cidade. É bem possível que Eudócia tenha intercedido em favor da obra por solicitação dos administradores municipais, que vislumbraram, na visita da imperatriz, a possibilidade de solucionar a nova demanda imposta pela expansão da *ásty*, que acompanhava *pari passu* o crescimento populacional da *khora*. A muralha de Teodósio II foi alargada cerca de 1,5 quilômetro no sentido Sul, ou seja, no caminho do subúrbio de Dafne. Para erguê-la, foram aproveitadas as pedras dos antigos monumentos da acrópole, localizada sobre o Monte Sílpios, que àquela altura já havia sido abandonada.³⁸

Do ponto de vista arquitetônico, Antioquia dispunha, na época tardia, de um magnífico complexo de edifícios e monumentos mantidos por seus cidadãos e pelo poder imperial, a começar pela avenida das colunatas, que cruzava toda a cidade no sentido Nordeste X Sudoeste. As fundações originais da avenida remontavam à

³⁷ UGGERI, G. Antiochia sull'Oronte: profilo storico e urbanístico. In: PADOVESE, L. (ed.). **Paolo di Tarso: Archeologia, storia, ricezione**. Cantaluppa: Effatà, 2009. p. 87-127.

³⁸ DOWNEY, G. **A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the Arab conquest**. Princeton: Princeton University Press, 1961. p. 452-453. Alguns autores têm, nos últimos anos, revisado a interpretação de Downey ao propor que a existência de um antigo santuário helenístico no declive sudoeste do Monte Estaurino indicaria ser este o local escolhido pelos Selêucidas para fundar a acrópole e não o Monte Sílpios. No entanto, devido à ausência de novas escavações, o assunto continua em aberto. Cf. BRANDS, G. Hellenistic Antioch on the Orontes: a status quo. **Analolu ve Çevresinde Ortaçag**, n. 4, p. 1-18, 2010.

época helenística, seguindo o traçado de uma antiga rota de caravanas que partia do norte da Síria em direção ao litoral mediterrâneo.³⁹ Já no início do Principado, Herodes e Agripa a ampliaram, restaurando a pavimentação e iniciando a construção das colunatas e dos pórticos, obra concluída por Tibério. Na ocasião, a avenida passou a contar com um ramo subsidiário, no sentido Leste X Oeste, que conduzia do *Nymphaeum* (a fonte das Musas) à ilha formada pelo Orontes, região conhecida como Cidade Nova.⁴⁰ Mais tarde, no terremoto de 115, no qual por pouco Trajano não perdeu a vida, a avenida e seus pórticos foram inteiramente destruídos, tendo sido reconstruídos, em seguida, por decisão imperial. É essa avenida, maior em largura e em extensão, ladeada por colunas de granito cinza e vermelho e repleta de pórticos nas laterais, que se torna então o emblema de Antioquia até pelo menos os terremotos de 526 e 528, que a danificam por completo.⁴¹ A avenida das colunatas era um marco na paisagem urbana, comportando um tráfego incessante de pessoas, animais e carruagens ao passo que os pórticos serviam ao mesmo tempo de local de comércio e de abrigo para os transeuntes, uma vez que dispunham de cobertura, aparato utilíssimo contra o Sol, a chuva e a neve.⁴² Ao longo de toda a avenida e nas ruas adjacentes havia compra e venda de produtos, de maneira que, ao contrário da maioria das cidades antigas, o comércio não se encontrava concentrado numa zona específica, mas se distribuía por todo o perímetro urbano, de maneira que o consumidor não era obrigado a efetuar longos deslocamentos para obter os produtos dos quais necessitava, facilidade enfatizada por Libânio no *Antiochikos* (*Or.* XI), um panegírico pronunciado em louvor da sua cidade natal por ocasião dos Jogos Olímpicos de 356.⁴³

³⁹ LASSUS, J. **Antioch-on-the-Orontes**: les portiques d'Antioche. Princeton: Princeton University Press, 1972. p. 140.

⁴⁰ Embora a fundação de Antioquia tenha ocorrido em 300 a.C., ainda sob o domínio selêucida a cidade passou por fases sucessivas de expansão. A terceira delas, iniciada por Seleuco II Calínico (246-226 a.C.) e completada por seu filho, Antíoco III, o Grande (223-187 a.C.), foi a que deu origem à ocupação da ilha do Orontes e, portanto, ao surgimento da assim denominada "Cidade Nova", cf. UGGERI, G. *Op. cit.*, 2009, p. 93.

⁴¹ LASSUS, J. La ville d'Antioche à l'époque romaine d'après l'archéologie. **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt**, Berlin, II, p. 54-102, 1977.

⁴² CABOURET, B. Sous les portiques d'Antioche. **Syria**, t. 76, p. 127-150, 1999.

⁴³ Sobre o papel desempenhado pela avenida das colunatas e seus pórticos no cotidiano de Antioquia à luz das informações contidas no *Antiochikos*, consultar SILVA, G. V. Espaço, cotidiano e

Outro traço característico de Antioquia era o fato de a cidade contar, não com uma praça, como era habitual, mas com três. A mais antiga, que remontava à fundação da cidade, em 300 a.C., situava-se às margens do Orontes, ao passo que a segunda se localizava no bairro de Epifânia, nas imediações do Monte Sílpios, tendo sido construída, ao que tudo indica, por Antíoco IV Epifânio (175-165/164 a.C.). A essas duas ágoras veio se juntar, no século IV, o Fórum de Valente, resultado de uma ampla intervenção realizada pelo soberano na zona central da cidade com o propósito de conferir a Antioquia o esplendor que uma capital imperial exigia, uma vez que Valente aí decidiu fixar residência nos últimos anos de seu governo (371 a 378). Na construção de seu fórum, erguido à semelhança do Fórum de Trajano, em Roma, o imperador demoliu alguns edifícios antigos, a exemplo do *Kaisarion*, a antiga basílica de César, mas preservou outros, criando uma extensa área a céu aberto para a circulação dos transeuntes.⁴⁴ Na ocasião, foram preservados o *Xistós*, uma pista de atletismo, o *Plethrion*, onde ocorriam competições de pugilato, e o *Kommodion*, o complexo termal erguido por decisão de Cômodo séculos antes. A área aberta do Fórum era ladeada por quatro pórticos sustentados por colunas de mármore e decorados com pinturas, mosaicos e estátuas. A esses edifícios foi acrescentada uma nova basílica, vizinha ao *Kommodion*. Três estátuas de Valentiniano, uma delas posta sobre uma coluna no centro da praça, completavam o conjunto. Situado nas imediações do *Nymphaeum* e da ágora de Epifânia, o Fórum de Valente fazia parte do epicentro da cidade, que dispunha de iluminação noturna, serviço pouco convencional no Império Romano, diga-se de passagem.⁴⁵

Nas imediações da ágora de Epifânia e do Fórum de Valente ficava o Teatro de Dioniso, erguido nas encostas do Monte Sílpios, num ponto em que o relevo favorecia a instalação de arquibancadas semicirculares que compunham a *cavea*, solução arquitetônica empregada com frequência pelos construtores gregos. O teatro teria sido construído ou reconstruído por César, em 47 a.C., quando da sua

sociabilidade em Antioquia: uma leitura do *Antiochikos*, de Libânio. In: CERQUEIRA, F.; GONÇALVES, A. T.; MEDEIROS, E.; BRANDÃO, J. L. (org.). **Saberes e poderes no Mundo Antigo**: estudos ibero-americanos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 257-274. v. I.

⁴⁴ BRANDS, G. Preservation, Historicization, Change: Antioch A. D. 350-450. In: BERGJAN, S. P.; ELM, S. (ed.). **Antioch II**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018. p. 13-33.

⁴⁵ DOWNEY, G. *Op. cit.*, p. 404 *et seq.*

passagem pela cidade a caminho do Ponto. Mais tarde, Agripa e Tibério acrescentaram novos assentos ao edifício, que foi finalmente concluído por Trajano, na sequência do terremoto de 115, responsável por danificar a *scaenae frons*. Na oportunidade, teria sido realizada a terceira e última expansão dos assentos.⁴⁶ Sabemos, por evidências literárias, que a entrada do teatro e a retaguarda do palco continham inúmeras estátuas, com destaque para a de Calíope, musa encarregada de presidir as exposições poéticas e que, ao lado de Zeus e de Apolo, era a divindade tutelar da cidade. Na época tardia, o teatro era um dos entretenimentos públicos mais apreciados pelos antioquenos, que lotavam o recinto para assistir aos espetáculos de mimos e pantomimas patrocinados pelos evergetas locais, não obstante a ácida reprovação das lideranças eclesíásticas, a exemplo de João Crisóstomo, para quem os *ludi theatralis* eram uma invenção demoníaca, como discutimos em texto recente.⁴⁷ Apesar da censura da Igreja, os atores e atrizes, por sua vez, eram figuras bastante populares, reunindo em torno de si claque ruidosas que amiúde se manifestavam de modo violento ao ocupar as ruas para protestar, como vemos no episódio do Levante das Estátuas, em 387, quando a multidão, enfurecida com o anúncio de um novo imposto, se lançou sobre as estátuas de Teodósio, de seu filho, Arcádio, e de Flacila, a imperatriz, arrastando-as pelas ruas da cidade.⁴⁸

Ao nos referirmos ao aparato arquitetônico que compunha o ambiente construído de Antioquia, merece destaque também o anfiteatro, muito embora este tipo de construção fosse um tanto ou quanto rara no Oriente, uma vez que sua função – sediar os combates de gladiadores (*munera*) e os espetáculos de caça (*venationes*) – costumava ser desempenhada pelos teatros. Desse modo, a presença, em Antioquia, de um anfiteatro (*monomacheion*) atesta de modo inequívoco o vigor da cidade no contexto da Síria setentrional. O edifício, situado no *Kerateion*, o bairro judeu, foi construído por ordem de César segundo um *design* tipicamente romano, representando, de certa forma, uma novidade para os

⁴⁶ SEARS, F. **Roman theatres: an architectural study**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 317.

⁴⁷ SILVA, G. V. Corpo, performance e transgressão em Antioquia: João Crisóstomo e a censura aos *ludi theatralis*. In: MELLO, W. J. *et al.* (org.). **História, memória, oralidade e culturas**. Fortaleza: EdUECE, 2019. p. 297-317. v. III.

⁴⁸ BROWNING, R. The role of the theatrical claque in the Later Roman Empire. **The Journal of Roman Studies**, n. 42, p. 13-20, 1952.

orientais, uma vez que o exemplar mais antigo de um anfiteatro de pedra do qual temos notícia é o de Roma, erguido por volta de 30 a.C.⁴⁹ Em Antioquia, o anfiteatro serviu de palco para os *munera* até pelo menos 328, ano em que ouvimos falar pela última vez da celebração de jogos de gladiadores na cidade devido à proibição deste tipo de entretenimento por Constantino, em 325.⁵⁰ O edifício, no entanto, não foi abandonado, pois continuou a receber as *venationes*, que prosseguem, com uma ou outra interrupção, até 498, quando são proibidas em definitivo, ao menos no Oriente, por Anastácio. À época da criação do fórum que porta seu nome, Valente aproveitou a oportunidade para converter o *monomacheion* de César num *kinegion*, ou seja, num recinto adaptado às caçadas, o que foi feito mediante a introdução, numa estrutura possivelmente quadrada, de duas extremidades curvas contendo fileiras adicionais de assentos, o que aumentou a sua capacidade. É bem provável que esta reforma tenha incluído também a instalação de celas para os animais sob a arena, solução arquitetônica habitual em edifícios semelhantes.⁵¹

Seguindo pelo eixo Leste X Oeste da avenida das colunatas, que partia do *Nymnphaeum*, era possível cruzar o Orontes e, assim, alcançar a Cidade Nova, a zona mais elegante de Antioquia, pois continha, além do palácio erguido por Diocleciano, no final do século III, o *Dominicum Aureum* de Constantino e Constâncio e o hipódromo. A instalação de uma residência imperial na cidade fazia parte de um amplo projeto de multiplicação das *sedes imperii* em consonância com a implantação, em 293, da Tetrarquia, quando o *orbis romanorum* foi repartido em quatro grandes regiões governadas por dois Césares e dois Augustos, o que exigiu, naturalmente, a construção de novos palácios, como o da ilha do Orontes.⁵² Nele, residiram Diocleciano, Galério, Juliano, Constâncio II e Valente, o último imperador

⁴⁹ O anfiteatro, um elemento arquitetônico característico do Ocidente, nunca gozou de ampla difusão nas províncias do Oriente. O primeiro exemplar do edifício é atestado em Pompeia, nos primórdios da cidade, fundada por Sula em 80 a.C. Cf. ROBERTSON, D. S. **Arquitetura grega e romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 335-336.

⁵⁰ SALIOU, C. *Op. cit.*, p. 808. O texto da lei contida no *Codex Theodosianus*, 15, 12, 1 diz o seguinte: “Imperador Constantino Augusto a Máximo, prefeito do pretório. Espetáculos sangrentos perturbam a paz e a tranquilidade doméstica e nos desagradam. Desse modo, na medida em que nós proibimos por completo a existência de gladiadores, você deve obrigar aquelas pessoas que, porventura, devido a tal crime, habitualmente se sujeitarem a esta condição e sentença, a servir nas minas, de maneira que elas assumirão a pena por seus crimes sem derramamento de sangue”.

⁵¹ DOWNEY, G. *Op. cit.*, p. 408.

⁵² BRANDS, G. *Op. cit.*, p. 18.

a dele fazer uso. A entrada do palácio, denominada *regia*, era composta por dois eixos viários ladeados por colunas e pórticos em cujo cruzamento erguia-se um *tetrapylon*, ou seja, um monumento de quatro arcos ajustados uns aos outros para formar um quadrilátero. Em Antioquia, este monumento era designado *Tetrapylon* dos Elefantes, talvez por conter, na sua parte superior, uma quadriga puxada por estes animais. A julgar pela frequência com que João Malalas, um nativo da cidade, se refere a ele em sua *Cronographia*, obra do século VI, tratava-se certamente de um monumento de rara beleza. Já o palácio, de dimensões bastante extensas, ocupava cerca de um quarto da área total da ilha e incluía inúmeros aposentos, banhos, alojamentos para os serviçais e soldados, jardins e uma pista em formato oval, na qual o imperador poderia fazer seus exercícios de equitação.⁵³

Também na Cidade Nova situava-se o hipódromo. Com capacidade para acomodar cerca de 80 mil espectadores, o hipódromo de Antioquia era um dos maiores edifícios desta natureza em todo o Império, tendo sido uma das poucas estruturas localizadas pelo comitê de escavações liderado pela Universidade de Princeton que atuou na cidade entre 1932 e 1939. Construído no início do século I a.C., o hipódromo passou por diversas restaurações, sendo a última no século IV.⁵⁴ Sua localização, nas cercanias do palácio, exprimia com clareza a conexão existente entre ambos os recintos, na medida em que o hipódromo era não apenas um local frequentado pelos imperadores, como nele a população reunida costumava manifestar seu agrado – ou desagrado – para com o regime. A proximidade geográfica entre o palácio e o hipódromo tenderia a reforçar a concepção segundo a qual o imperador seria o principal responsável pelo bem-estar dos súditos, o que exigiria dele o patrocínio de jogos, festivais e demais entretenimentos que integravam o repertório de comodidades urbanas sob o Império. Dentre esses entretenimentos, o favorito, na Antiguidade Tardia, eram as corridas de cavalo, o que dava ensejo, inclusive, à formação de facções em torno dos aurigas. Em Antioquia, a atuação das facções do hipódromo, repartidas em Azuis e Verdes,

⁵³ SALIOU, C. Le palais imperial d'Antioche et son contexte à l'époque de Julien: réflexions sur l'apport des sources littéraires à l'histoire d'un espace urbain. **Antiquité Tardive**, n. 17, p. 235-250, 2009.

⁵⁴ POCCARDI, G. Antioche de Syrie. Pour un nouveau plan urbain de l'île de l'Oronte (Ville Neuve) du IIIe au Ve siècle. **Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité**, t. 106, n. 2, p. 993-1023, 1994.

trouxe, em mais de uma ocasião, transtornos para o poder imperial, em virtude da violência empregada nos choques de rua.⁵⁵

Além de ser o supremo evergeta, o imperador, na Antiguidade Tardia, se converte também no mais ilustre representante do Deus cristão sobre a Terra, o que requer sua presença regular nos serviços religiosos da Igreja. Por esse motivo, na ilha do Orontes encontrava-se localizada a catedral da cidade, o *Dominicum Aureum*, também conhecido como Igreja Octogonal ou Grande Igreja, cuja construção foi iniciada por Constantino, em 326 ou 327, e concluída por seu filho, Constâncio II, em 341, tendo sido inaugurada num concílio celebrado durante a festa da Epifania (6 de janeiro), na presença do próprio imperador e de um cortejo de bispos reunidos para um concílio.⁵⁶ A intenção de Constantino, ao que tudo indica, era render homenagem à cidade na qual, pela primeira vez, os discípulos teriam sido denominados “cristãos”, como lemos em *Atos dos apóstolos* (11, 26). A igreja, construída em formato de octógono, era toda revestida de mármore e decorada com mosaicos, esculturas e lâmpadas de prata e bronze. Os vasos eucarísticos, por sua vez, eram de ouro. Como anexos do edifício, havia a residência episcopal, aposentos para o clero, um *xênon*, ou seja, um abrigo para os viajantes, e um refeitório para alimentar os pobres.⁵⁷ Na medida em que as escavações de 1932-1939 não revelaram vestígios do edifício, Mayer e Allen ⁵⁸ se recusam a admitir que o *Dominicum Aureum* se situasse na Cidade Nova, contrariando assim a opinião de diversos autores, dentre eles Poccardi e Guidetti, que, baseando-se em evidências iconográficas e literárias, não hesitam em indicar a ilha do Orontes como o sítio da catedral,⁵⁹ mas sem pressupor, como no passado, que se tratasse de

⁵⁵ LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **The decline and fall...**, p. 213 *et seq.*

⁵⁶ KLEINBAUER, E. W. Antioch, Jerusalem, and Rome: the patronage of Emperor Constantius II and architectural invention. **Gesta**, v. 45, n. 2, p. 125-145, 2006.

⁵⁷ DOWNEY, G. **Antioch in the age of Theodosius the Great**. Norman: University of Oklahoma Press, 1962. p. 25-26.

⁵⁸ MAYER, W.; ALLEN, P. **The churches of Syrian Antioch: 300-638 CE**. Leuven: Peeters, 2012. p. 73.

⁵⁹ Na opinião de POCCARDI, G. *Op. cit.*, p. 66-67, a representação de um edifício octogonal na borda topográfica do Mosaico de *Megalopytrschia*, um *opus tessellatum* confeccionado em meados do século V, sugere que o *Dominicum Aureum* se encontrasse localizado na Cidade Nova, opinião compartilhada por GUIDETTI, F. Urban continuity and change in Late Roman Antioch. **Acta Byzantina Fennica**, v. 3, p. 81-104, 2010. Segundo este autor, após o terremoto de 588, que destruiu por completo a igreja, não ouvimos falar de nenhuma reconstrução, o que coincide com o

uma igreja palaciana, pois sabe-se que o *Dominicum aureum* funcionava de modo independente, atendendo às necessidades da congregação antioquina e não do poder imperial.

Antioquia era igualmente famosa pela quantidade e qualidade de suas termas, que tanto sucesso faziam na época imperial. Ao que parece, a introdução dos banhos na cidade remonta ao governo de Antíoco IV Epifânio, soberano que, tendo vivido por certo tempo em Roma, aí adquiriu o hábito do banho diário, ao entardecer, como prelúdio do jantar. Sob o Império Romano, as termas se tornaram um dos principais atrativos para a população de Antioquia, exigindo atenção especial da parte dos *curiales*, que se desdobravam para manter o serviço ativo sob pena de sofrerem castigos físicos em caso de descontinuidade. De fato, na escala de liturgias, o aprovisionamento e manutenção dos banhos ocupavam o segundo lugar, logo após a subvenção das corridas do hipódromo.⁶⁰ De acordo com testemunhos literários e arqueológicos, as termas se distribuíam por todo o perímetro urbano, incluindo a ilha do Orontes, onde os pesquisadores do Comitê de Escavações de 1932-1939 trouxeram à luz cinco banhos. No total, somando-se os banhos públicos e privados, Antioquia deveria contar com dezenas desses edifícios. Sabemos que diversos imperadores patrocinaram a construção de termas na cidade, a exemplo de César, Tibério, Domiciano, Trajano, Comôdo, Septímio Severo e Diocleciano. Um traço arquitetônico peculiar dos banhos de Antioquia – ao menos daqueles identificados pelos arqueólogos – era a ausência da *palaestra*, ou seja, do pátio ao ar livre dedicado aos exercícios físicos praticados antes da imersão na água, talvez em virtude da pouca adesão dos sírios ao ginásio grego. Outra característica das termas de Antioquia, assim como daquelas construídas no Oriente Próximo, era a redução do *frigidarium*, do recinto de água fria, em favor da expansão do *apodyterium*, do aposento destinado à troca de roupas, amiúde dotado de cubículos e prateleiras onde os frequentadores poderiam acomodar seus pertences.⁶¹

fato de a Ilha do Orontes ter sido abandonada após a reforma de Justiniano, quando o perímetro urbano protegido pelas muralhas foi restringido, não englobando mais a ilha.

⁶⁰ LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **Antioch...**, *Op. Cit.*, p. 148.

⁶¹ YEGÜL, F. Baths and bathing in Roman Antioch. *In*: KONDOLEON, C. (ed.). **Antioch: the lost city**. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 146-151.

Além do *Dominicum Aureum*, ao qual já aludimos, Antioquia contava ainda com um conjunto de igrejas e *martyria* que, ao longo do tempo, foram se multiplicando pelo perímetro urbano e pela *khora*, de acordo com a cristianização do espaço e do tempo característica da Antiguidade Tardia, quando temos a emergência daquilo que poderíamos denominar como uma topografia cristã. Até a inauguração da Grande Igreja, em 347, Antioquia obedecia ao mesmo padrão topográfico bipolar verificado em outras cidades. Segundo este padrão, os santuários cristãos se repartiriam em dois polos: no primeiro deles, teríamos uma igreja intramuros, por vezes qualificada como “episcopal”, onde atuava o bispo, local do ofício religioso regular, da instrução dos catecúmenos e das cerimônias de batismo, e, no segundo polo, haveria as demais igrejas ou capelas extramuros destinadas aos ofícios funerários e ao culto dos mártires, motivo pelo qual muitas dessas construções encontravam-se situadas em necrópoles.⁶² Em Antioquia, a igreja urbana mais antiga era a *Palaia*, cuja fundação remontava à Idade Apostólica. O edifício havia sido demolido no decorrer da Grande Perseguição (303-311), mas foi em seguida reconstruído.⁶³ Não resta dúvida que até 341, ano de inauguração do *Dominicum Aureum*, a *Palaia* era o principal local de reunião dos cristãos de Antioquia, mas após esta data ela passa a ocupar uma posição secundária, não obstante toda a sua importância histórica, tanto que era nela que João Crisóstomo, o mestre dos oradores cristãos de língua grega, costumava pregar. No século IV, temos conhecimento da existência, no território intramuros, apenas da *Palaia* e do *Dominicum Aureum*, embora não seja errôneo supor que haveria outras, senão igrejas propriamente ditas, ao menos santuários domésticos de oração. No final do século, sob o governo de Teodósio, é inaugurada uma terceira igreja na *ásty*, a dos Mártires Macabeus,⁶⁴ muito provavelmente no

⁶² WATAGHIN, G. C. Christian topography in the Late Antique town: recent results and open questions. In: LAVAN, L.; BOWDEN, W. (ed.). **Theory and practice in Late Antiquity Archaeology**. Leiden: Brill, 2003. p. 224-256.

⁶³ LAURI, L. La città mediorientale in trasformazione: Antiochia dal tardo antico alla conquista araba. **Phorphyra**, suppl. 13, anno IX, p. 2-59, 2012.

⁶⁴ Segundo uma antiga tradição, os sete irmãos macabeus, sua mãe, dita Shamuni ou Hashmoniti, e o sacerdote Eleazar teriam sido supliciados, por ordem de Antíoco IV Epifânio, no Monte Síprios. Seus restos mortais teriam sido recolhidos e sepultados na sinagoga do *Kerateion*. Mais tarde, Judas Macabeu, terceiro filho de Matatias, teria obtido de Demétrio I Sóter autorização para trasladar as relíquias para a Judeia, cf. SOLER, E. **Le sacré et la salut à Antioche au IV^e siècle après J.-C.**: pratiques festives et comportements religieux dans le processus de christianisation de la cité.

Kerateion. Por essa época, nenhuma dessas igrejas abrigava relíquias dos mártires, cujo culto se concentrava no exterior das muralhas.

Nas imediações do Portão Sul, que conduzia ao subúrbio de Dafne, temos conhecimento da existência de um *koimeterion*, um cemitério cristão que reunia diversos *martyria*, ou seja, sepulturas de mártires, para onde João Crisóstomo regularmente se dirigia a fim de celebrar os festivais religiosos.⁶⁵ Outro *martyrium* coletivo era o da Porta Romanesiana, na saída para Alexandreta, a oeste da ilha do Orontes, que durante muito tempo esteve sob o controle dos arianos até ser recuperado pelos melecianos, ou seja, pelos partidários do bispo Melécio, nas últimas décadas do século IV.⁶⁶ Por volta de 386, Flaviano, sucessor de Melécio, inaugura outro *martyrium*, o de São Bábilas, situado na região de *Kaoussie*, talvez não muito distante da Porta Romanesiana. A construção, de proporções monumentais, guardava não apenas as relíquias de Bábilas, um bispo martirizado sob Décio, em 251, mas também as de Melécio, morto em 381, enquanto presidia os trabalhos do Concílio de Constantinopla. Já no início do século V, constatamos o ingresso das relíquias dos mártires na região intramuros mediante o traslado dos

Beyrouth: Institut Français du Proche-Orient, 2006. p. 206. Não obstante as inconsistências desse relato, pois seria muito difícil que, no século II a.C., uma sinagoga contivesse relíquias de defuntos, não resta dúvida que o culto aos Mártires Macabeus, em Antioquia, fazia parte da tradição religiosa judaica e, mais tarde, cristã. Nas últimas décadas do século IV, a devoção aos Mártires Macabeus era uma das mais vigorosas entre os nicenos da cidade, o que levou à construção de uma igreja dedicada a eles sob o governo de Teodósio. Embora sua localização seja incerta, é bem possível que a igreja tenha sido erguida no *Kerateion*, cf. MAYER, W.; ALLEN, P. *Op. cit.*, p. 90-91.

⁶⁵ No *Koimeterion* da Porta do Sul encontravam-se sepultados, além de Inácio e Bábilas, antigos bispos da cidade, São Juliano e os mártires Juventino e Maximino, ao lado de outros sacerdotes e monges. Tudo leva a crer que o *martyrium* não era constituído por uma rede de galerias subterrâneas, a exemplo das catacumbas, nem era tampouco um recinto a céu aberto. Segundo SOLER, E. *Op. cit.*, p. 202, o *martyrium* da Porta do Sul era, antes, um edifício sagrado, dito *oikos*, que continha as relíquias dos santos. Sobre a utilização dos *koimeteria* como *martyria* pelos cristãos, consultar REBBILARD, E. *Koimeterion et Coemeterium: tombe, tombe saint, nécropole. Mélanges de l'École Française de Rome, Antiquité*, t. 105, n. 2, p. 975-1001, 1993.

⁶⁶ Os arianos, ou seja, os adeptos da tese de Ário segundo a qual o Filho seria de natureza dissemelhante à do Pai, se repartiram, logo após, o Concílio de Niceia (325), em diversas tendências, contando inclusive com o apoio de imperadores como Constâncio II e Valente. Desde 327, os arianos mantinham o controle da sé de Antioquia, tendo sido bem-sucedidos, na ocasião, em depor Eustácio, defensor local do credo niceno. Em 360, Melécio, um prelado de inclinação ariana, é eleito para o bispado da cidade, em substituição a Eudóxio, que havia se transferido para Constantinopla. No entanto, poucos meses após sua investidura, numa homilia pronunciada na presença de Constâncio II, Melécio sustenta uma posição contrária ao arianismo, o que conduziu ao primeiro dos vários exílios que sofreu ao longo da sua carreira episcopal. Mesmo no exterior, Melécio assume a liderança dos nicenos de Antioquia, não obstante a atuação de Paulino, porta-voz de outra facção nicena que se manteve, por décadas, independente. Informações complementares sobre o assunto podem ser obtidas em SOLER, E. *Op. cit.*, p. 141 *et seq.*

restos mortais de Inácio, o mais famoso bispo da cidade, supliciado sob Trajano, do *Koimeterion* da Porta do Sul para um *martyrium* consagrado no local do *Tychaeum*, o Templo da *Tyché*,⁶⁷ o que representa uma etapa decisiva no processo de cristianização da *pólis*, não apenas pelo fato de as relíquias serem agora admitidas no perímetro urbano, contrariando assim uma tradição milenar de gregos e romanos, para quem o solo da cidade era sagrado e, portanto, não poderia ser maculado pela matéria morta, mas também pelo fato de ocuparem o recinto de um templo pagão, acontecimento menos corriqueiro na Antiguidade Tardia do que poderíamos supor à primeira vista.⁶⁸ Em 459, temos um segundo caso documentado de traslado de relíquias para a *ásty* de Antioquia, quando o corpo de São Simeão, o Estilita, foi sepultado no *Dominicum Aureum*. São Simeão era considerado um dos protetores espirituais da cidade, razão pela qual os antioquenos invadiram as ruas, em 25 de setembro para festejar a chegada do esquife. Mais tarde, ao que tudo leva a crer, os restos mortais do santo foram transferidos para um *martyrium* próprio, construído especialmente para recebê-los.⁶⁹

Na Antiguidade, não raro Antioquia era designada como “Antioquia de Dafne” devido à importância deste subúrbio, uma elegante estância de veraneio frequentada pela elite local, que nela mantinha suas *villae*, ou seja, suas residências campestres, algumas das quais vieram à luz nos trabalhos de escavação de 1932-1939. Dafne ocupava um platô, o que significa que sua altitude era superior à de Antioquia, sendo famosa pela beleza de suas fontes de água mineral, pela amenidade do clima e pela qualidade do vinho aí produzido.⁷⁰ Importa mencionar, no entanto, que a paisagem de Dafne não se encontrava marcada tão somente por aspectos rurais, como conviria a um distrito da *khora*. Pelo contrário, a região central do subúrbio comportava diversos edifícios e monumentos que replicavam, de certa maneira, o ambiente construído de Antioquia, configurando assim como que um prolongamento da *ásty*. De fato, Dafne contava não apenas com uma praça

⁶⁷ MAYER, W.; ALLEN, P. *Op. cit.*, p. 146.

⁶⁸ CASEAU, B. Sacred landscapes. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (ed.). **Interpreting Late Antiquity: essays on the Postclassical World**. Cambridge: Belknap, 1999. p. 21-59.

⁶⁹ DOWNEY, G. *Op. cit.*, p. 481.

⁷⁰ DOWNEY, G. **Antioch in the age of Theodosius...** *Op. Cit.*, p. 32-33.

que funcionava como mercado, mas também com termas públicas e templos erguidos de acordo com um plano viário regular. Dentre os santuários pagãos, o mais imponente era o Templo de Apolo, construído na época helenística, mas destruído por um incêndio em 362, quando da estadia de Juliano na cidade. O teatro, por sua vez, dito “Teatro de Zeus Olímpico”, foi erguido por Vespasiano com os recursos obtidos na Guerra da Judeia (66-70). Para tanto, teria sido necessário demolir uma sinagoga.⁷¹ O sítio do teatro, descoberto na expedição de 1932-1939, foi objeto de escavações, embora parciais.⁷² Contudo, a prospecção realizada foi suficiente para estabelecer as características arquitetônicas do edifício, que se encontrava equipado para receber espetáculos aquáticos (*naumachiae*), o que lhe conferia certo pioneirismo no emprego desta tecnologia.⁷³ Já o estádio de Zeus Olímpico (*Olympiakon*) teria sido construído, supõe-se, para abrigar parte das competições que integravam o programa dos Jogos Olímpicos. É possível que o edifício já existisse desde o início do século II a.C., mas Diocleciano o reconstruiu, certamente em homenagem à sua divindade tutelar. Nele, o imperador instalou ou restaurou um santuário dedicado a Zeus e ergueu outro, dedicado a Nêmesis, no *sphendone*, isto é, no local onde os juízes e as autoridades se assentavam. Assim como Antioquia, Dafne abrigava também um palácio construído por Diocleciano, embora em escala menor.⁷⁴

O destino de Antioquia

Nos séculos IV e V, como vimos, Antioquia era uma cidade em expansão marcada por um evidente multiculturalismo, pois congregava uma população greco-síria repartida em diversas religiões, não obstante o avanço do cristianismo,

⁷¹ Do ponto de vista arquitetônico, as tradições greco-romana e cristã de Antioquia detêm, sem dúvida, notável protagonismo, muito embora não devamos, em absoluto, ignorar a presença judaica na cidade, mesmo diante de uma incômoda lacuna no registro arqueológico, pois os profissionais que participaram das escavações de 1932-1939 não conseguiram trazer à luz nenhuma sinagoga, ao passo que apenas uma inscrição judaica, grafada em grego, foi encontrada, cf. BROOTEN, B. The Jews of Ancient Antioch. In: KONDOLÉON, C. *Op. cit.*, p. 34. Sobre a presença judaica em Antioquia, consultar ZETTERHOLM, M. **The formation of Christianity in Antioch**. London: Routledge, 2003.

⁷² SEARS, F. *Op. cit.*, p. 319.

⁷³ SILVA, E. C. M. O platô de Dafne na Antiguidade Tardia: os usos do espaço e a relação com a *asty* de Antioquia de Orontes. In: LIMA NETO, B. M.; SILVA, E. C. M.; SILVA, G. V. (org.). **Formas e imagens da cidade antiga**. Vitória: Milfontes, 2020. p. 201-230.

⁷⁴ DOWNEY, G. **A history of Antioch...** *Op. Cit.*, p. 325-327.

que não apenas aumentava dia após dia seu contingente, mas que também se apoderava do território cívico mediante a construção de igrejas e *martyria* na *ásty*, para além da *khora*. Todavia, na segunda metade do século V e por todo o século VI, a cidade é assolada por uma sequência de catástrofes naturais e de reveses militares que vão aos poucos minando a sua vitalidade socioeconômica e determinando alterações sensíveis na paisagem urbana, num contexto de decréscimo populacional e de retração do perímetro urbano que assinala, de modo inequívoco, a diminuição do *status* da cidade, que perde a sua condição de *megapólis* para se tornar ao fim e ao cabo uma praça-forte controlada pelos árabes. Todavia, importa assinalar, logo de início, que nem a ocupação persa entre 610 e 630 nem o domínio árabe direto, iniciado em 636, foram acontecimentos decisivos para as transformações no tecido social e no ambiente construído de Antioquia, muito embora tenham, sem dúvida, contribuído para que a outrora *metropolis* da Síria-Coele se convertesse numa *madina*, isto é, na cidade islâmica própria do Medievo.⁷⁵ O ponto de inflexão na história de Antioquia como uma *pólis* greco-romana talvez possa ser situado em 458, mais especificamente em 13 de setembro, quando um severo terremoto, até então o mais devastador desde o de 115, abalou a cidade, arrasando a ilha do Orontes e o bairro dito *Ostrakine*, muito provavelmente o bairro dos ceramistas, de localização desconhecida. Segundo Evágrio,⁷⁶ um cronista eclesiástico do século VI, quase todos os edifícios da ilha teriam sido destruídos, incluindo dois que faziam parte do complexo palaciano, bem como o *Tetrapylon* dos Elefantes e as colunas que adornavam a *regia*, a entrada do palácio. Na região do hipódromo, as torres gêmeas que flanqueavam o edifício foram danificadas juntamente com outras tantas colunas. Na zona continental, a avenida das colunatas não sofreu maiores danos, mas seções inteiras das termas de Trajano, de Severo e de Adriano colapsaram. Evágrio não menciona o número de vítimas, mas observa apenas que a Cidade Nova era “pesadamente povoada e não possuía nenhum espaço vazio”, sugerindo assim que aí o número de mortos talvez tenha sido maior. Como de praxe em situações semelhantes, o

⁷⁵ KENNEDY, H.; LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Op. cit.*, p. 66.

⁷⁶ EVAGRIUS SCHOLASTICUS. **Ecclesiastical History**. Translated by John C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 2006, II12, 63-64.

governo imperial logo tratou de socorrer os habitantes, isentando a população do pagamento dos impostos e subvencionando os trabalhos de reconstrução. Evágrio menciona que Zenão teria ofertado à cidade mil talentos de ouro, uma soma decerto considerável, mas não temos como precisar o que isso de fato representaria à época.

Sem dúvida, como argumenta Kennedy,⁷⁷ não podemos tomar um desastre natural, a exemplo de um terremoto, uma inundação ou um ciclone, como causa suficiente para o colapso de uma sociedade, civilização ou cidade, pois, em que pese a extensão dos danos, o mais importante, em última análise, é a capacidade de reação dos sobreviventes em face da destruição à qual foram submetidos. Quanto a isso, Antioquia constitui uma prova contundente da determinação e da resiliência humanas, pois, mesmo tendo sofrido, ao longo da sua história, inúmeros abalos sísmicos, sempre demonstrou uma surpreendente capacidade de recuperação, contando prontamente com a generosidade de sua elite e das autoridades imperiais. A despeito de tal constatação, não resta dúvida que as intempéries são, para o bem ou para o mal, uma variável interveniente no curso da história, razão pela qual não convém ignorar o seu impacto. Na avaliação de Downey,⁷⁸ o terremoto de 458 teria sido o gatilho para o abandono da Cidade Nova, num processo que será concluído anos mais tarde, sob Justiniano, como veremos adiante. Muito embora, como a narrativa de Evágrio nos permite concluir, o terremoto de 458 tenha sido particularmente severo, o pior ainda estava por vir, já que, na década de 520, a cidade é devastada não apenas por novos terremotos, mas também por um incêndio de amplas proporções. De fato, em outubro de 525, a zona central foi atingida por um fogaréu que, segundo Malalas,⁷⁹ consumiu toda a área compreendida entre o *martyrium* de São Estevão, de localização ignorada, e o *praetorium* do *magister militum*, situado nas imediações do Fórum de Valente. A origem da combustão permanece desconhecida. É possível que o fogo tenha sido produzido por um relâmpago ou pela ação inconsequente das facções do circo,

⁷⁷ KENNEDY, H. The last century of Byzantine Syria: a reinterpretation. **Byzantinische Forschungen**, n. 10, p. 141-183, 1985.

⁷⁸ DOWNEY, G. *Op. cit.*, p. 480.

⁷⁹ JOHN MALALAS. **Chronicle**. Translated by Elizabeth Jeffreys, Michael Jeffreys and Roger Scott. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 2006, 17, 14.

acostumadas a digladiar pelas ruas da cidade. Em todo caso, o certo é que muitos edifícios foram destruídos na ocasião, com uma perda considerável de vidas. O incêndio foi tão severo que, por solicitação do patriarca Eufrásio, o imperador Justino concedeu à cidade duas *centenaria* de ouro para a recuperação das áreas destruídas.

Mal Antioquia começava a se recuperar do incêndio, um novo terremoto, ainda mais devastador que o de 458, ocorreu na véspera da festa da Ascensão do Senhor, em 29 de maio de 526, quando a cidade se encontrava repleta de peregrinos. De acordo com o relato de João Malalas,⁸⁰ suplementado por Evágrio,⁸¹ praticamente toda a cidade veio abaixo, incluindo o *Dominicum Aureum* de Constantino e Constâncio, que resistiu por sete dias até desabar. Como efeito secundário do abalo sísmico, irromperam por toda a cidade diversos focos de incêndio, de maneira que uma parte da população morreu soterrada, ao passo que outra foi vitimada pelo fogo ou pelos gases tóxicos então emanados. Malalas estima um total de 250 mil mortos, dentre eles Eufrásio, o bispo local, e Asclépio de Edessa, que o visitava. Muitos sobreviventes, apavorados, decidiram abandonar a cidade levando consigo os seus pertences, embora isso não lhes tivesse garantido melhor sorte devido à atuação impiedosa de salteadores, que, à espreita nos caminhos, despojaram e assassinaram muitos. Os edifícios que resistiram ao terremoto terminaram por sucumbir diante do fogo, a exemplo das igrejas dedicadas à Virgem Maria, a São Miguel Arcanjo, a São Zacarias e aos Santos Profetas.

Após o abalo de 526, seguiram-se dezoito meses de tremores intermitentes que se irradiaram por toda a região, chegando a atingir Selêucia Pieria. Comovido com tamanha desolação, Justino decide enviar a Antioquia uma delegação composta por Carino, Focas e Astério, emissários que portam cinco *centenaria* de ouro para auxiliar nos trabalhos de reconstrução, a começar pelos aquedutos e pelas pontes sobre o Orontes. Um ano depois, em abril de 527, Justino conferiu a dignidade de Augusto a seu sobrinho, Justiniano. Como de praxe nessas ocasiões, o novo regente e sua esposa, Teodora, fizeram diversas doações às cidades do

⁸⁰ JOHN MALALAS. *Op. cit.*, 17, 16.

⁸¹ EVAGRIUS SCHOLASTICUS. *Op. cit.*, IV, 5.

Império. Em Antioquia, Justiniano patrocinou a construção de uma nova igreja em honra à Virgem Maria e da Igreja de São Cosme e Damião, ambas erguidas nas imediações da Basílica de Rufino,⁸² além de dotar a cidade com termas, reservatórios e uma hospedaria (*hospitium*) para acomodar os peregrinos. Já Teodora subvencionou a reconstrução da Igreja de São Miguel Arcanjo e de uma basílica, denominada Basílica de Anatólio, cujas colunas foram trazidas de Constantinopla. Nesse ínterim, Zacarias de Tiro é nomeado *comes Orientis*, ou seja, vicário da diocese do Oriente, cuja sede era Antioquia. Ao chegar à cidade e constatar o seu estado de calamidade, Zacarias solicitou ao imperador uma audiência, deslocando-se à capital com uma embaixada da qual faziam parte o bispo de Amida e outros membros do clero. Em virtude da intercessão do *comes Orientis*, Antioquia recebeu de imediato 30 *centenaria* de ouro. Um pouco depois, Justino enviou mais 10 *centenaria*, o que dá bem a medida do grau de devastação da cidade à época.⁸³

A reforma de Antioquia decerto ainda se encontrava em curso quando, em 29 de novembro de 528, um novo terremoto abalou a cidade, destruindo os edifícios recém-reformados, bem como as muralhas e algumas igrejas. Malalas⁸⁴ registra o número de cinco mil mortos na tragédia. Assim como em 526, muitos sobreviventes fugiram para outras cidades ou buscaram abrigo nas montanhas. Na esperança de atrair o favor divino para um sítio tão fustigado pela natureza, Justiniano decidiu renomear Antioquia como *Theoupolis*, ou seja, “Cidade de Deus”, ao mesmo tempo que concedeu aos habitantes uma isenção tributária por três anos.⁸⁵ O saldo de ambos os terremotos foi uma cidade reduzida a escombros, com milhares de mortos, desabrigados e refugiados, não obstante todo o empenho do poder imperial em preservá-la. De fato, quando da embaixada a Constantinopla liderada por Zacarias, em 527, Malalas⁸⁶ recorda que Justino, além da dotação em ouro para os trabalhos de reconstrução, expediu um decreto no qual determinava a manutenção de todos os costumes ancestrais de uma *pólis* que desempenhava, no

⁸² MAYER, W.; ALLEN, P. *Op. cit.*, p. 67.

⁸³ JOHN MALALAS. *Op. cit.*, 17, 17-22.

⁸⁴ *Ibidem*, 18, 27.

⁸⁵ *Ibidem*, 18, 29.

⁸⁶ *Ibidem*, 18, 22.

Oriente, um papel estratégico. Nos anos seguintes ao terremoto de 528, a reforma prossegue de vento em popa. O *Dominicum Aureum*, por exemplo, é reconstruído sob a supervisão de Efraim, que em 537-538 reúne um concílio de 132 bispos para consagrá-la.⁸⁷ Todavia, a vontade imperial e a resiliência dos habitantes não foram suficientes para neutralizar os infortúnios que insistiam em assolar Antioquia.

Em 540, Antioquia, pela terceira vez em sua história, é invadida pelos persas. As duas primeiras invasões haviam ocorrido em 256 e 260, quando a cidade teria sido saqueada pelo exército persa, mas sem que tenhamos condições, devido à natureza lacunar das fontes, de precisar o grau de destruição imposto por Sapor e seus homens.⁸⁸ Felizmente, para a invasão de 540 dispomos de informações mais detalhadas devido à narrativa de Procópio, em sua *História das Guerras*. À época, aproveitando-se do fato de Justiniano se encontrar ocupado com a reconquista da Península Itálica, Chosroes viola o tratado de paz que recentemente havia celebrado com os bizantinos e invade a Mesopotâmia e a Síria. Após capturar a fortaleza de Sura, o rei da Pérsia toma Heliópolis e Bereia. No caminho, alguns destacamentos bizantinos, insatisfeitos com o atraso do soldo, se unem aos invasores. Os persas chegam então às portas de Antioquia, exigindo o pagamento de resgate para não a invadirem.⁸⁹ Segundo Procópio,⁹⁰ após algumas idas e vindas no processo de negociação, os emissários imperiais que se encontravam na cidade, dentre os quais Germano, primo ou sobrinho de Justiniano, decidiram não entregar qualquer quantia aos inimigos, com receio de que estes não cumprissem com o prometido, como já havia acontecido no passado. Contrariado, Chosroes ordena a invasão de Antioquia, que é sistematicamente pilhada e incendiada, com exceção da Grande Igreja, poupada por intervenção dos emissários bizantinos, e do *Kerateion*, devido à existência de um grande descampado entre o bairro e o restante da cidade. Dafne, por sua vez, sofre bem menos com a ação dos invasores, que se limitam a incendiar a Igreja de São Miguel Arcanjo e os edifícios adjacentes como retaliação pela morte de um nobre persa,

⁸⁷ DOWNEY, G. *Op. cit.*, p. 533.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 252 *et seq.*

⁸⁹ FOSS, C. Late Antique Antioch. In: KONDOLEON, C. *Op. cit.*, p. 23-37.

⁹⁰ PROCOPIO DE CESAREA. **Historia de las guerras**: libros I-II, Guerra Persa. Introducción, traducción y notas de Francisco Antonio García Romero. Madrid: Gredos, 2000, II, 7-10.

golpeado enquanto perseguia um jovem da localidade.⁹¹ Ao partirem, os persas, do mesmo modo que haviam feito quando das invasões de 256 e 260, levaram consigo muitos antioquenos na condição de cativos. Ainda de acordo com Procópio,⁹² Chosroes teria fundado, a um dia de distância da capital do país, Ctesifonte, uma cidade denominada Antioquia de Chosroes para nela assentar os deportados, dotando-a de termas, de um hipódromo e de performances lúdicas. Os habitantes de Antioquia de Chosroes eram tratados como cativos da monarquia persa, pois encontravam-se subordinados diretamente ao rei, responsável por providenciar todo o necessário ao seu sustento.

A destruição de Antioquia pelos persas representou, sem dúvida, um duro golpe para o Império Bizantino, na medida em que a cidade era um autêntico baluarte do poderio romano na Síria-Mesopotâmia, tanto do ponto de vista político, quanto econômico e cultural, o que explica o empenho de Justiniano na sua reconstrução. Nesse caso, uma vez mais, nosso melhor testemunho é Procópio, que, no livro II de sua obra *De aedificiis*,⁹³ descreve as medidas tomadas pelo imperador para recuperar os edifícios e monumentos arrasados pelos persas, a começar pelas muralhas, que foram reerguidas, mas em tamanho menor, pois excluiu-se do território por elas protegido a ilha formada pelo Orontes. Destacada do continente, a ilha foi convertida, tecnicamente, numa região extramuros, sinal indubitável da posição secundária que passava a ocupar. Em seguida, o imperador dedicou-se a restaurar o centro urbano, onde a avenida das colunatas, a ágora de Epifânia, o Fórum de Valente e as residências vizinhas haviam ruído, gerando toneladas de escombros, que foram removidos e transportados para longe da cidade. A próxima etapa foi reparar toda a rede hidráulica e sanitária mediante a construção de novos canais, fontes e esgotos.⁹⁴ Determinado a restituir à cidade o seu antigo esplendor, Justiniano trouxe artesãos e trabalhadores braçais de outras regiões do Império para auxiliar na empreitada, muito embora o resultado final

⁹¹ *Ibidem*, II, 11.

⁹² *Ibidem*, II, 14.

⁹³ PROCOPPIUS. **On buildings**. Translated by H. B. Dewing. Harvard: Harvard University Press, 1954, II, X, 1-8.

⁹⁴ *Ibidem*, II, X, 19-22.

tenha sido menos impactante do que Procópio⁹⁵ nos induz a crer ao declarar que o imperador teria tornado as cidades arrasadas pelos persas, incluindo Antioquia, “muito mais prósperas na atualidade do que haviam sido outrora”. Na realidade, a despeito de todo o esforço de Justiniano em preservar o ambiente construído de Antioquia tal como herdado da Antiguidade, diversos indícios revelam que a *pólis*, após 540, ingressa numa fase de transição que já anuncia um novo momento de sua história. Não que o sítio urbano tenha sido abandonado, o que nunca ocorreu, mas as alterações tanto na paisagem quanto no tecido social indicavam que a cidade pós-clássica caminhava em direção à *madina* árabe.

Em primeiro lugar, a avenida das colunatas, embora refeita, exibia dimensões menores que a anterior. Mais que isso, os *stands* instalados nos pórticos que, no passado, eram de madeira, passaram a ser confeccionados com materiais mais resistentes (pedra ou alvenaria), um passo importante no sentido de restringir o trânsito das pessoas nas calçadas, conduzindo pouco a pouco a uma ocupação desordenada da avenida e ao abandono do padrão retilíneo próprio da arquitetura cívica romana.⁹⁶ O perímetro urbano, por sua vez, é claramente reduzido quando da reconstrução das muralhas, que, como dissemos, deixam de fora a ilha do Orontes, há décadas imersa num processo de degradação. Ao que tudo indica, na segunda metade do século V, a Cidade Nova, o antigo bairro imperial, havia se convertido numa zona ocupada por artesãos. Por volta de 470-480, haveria, na área, ao menos uma *fullonica* (pisoaria), além de curtumes, provavelmente devido à proximidade com o rio, o que facilitava a obtenção de água. Com a interdição do palácio, apenas o hipódromo e o *Dominicum Aureum* continuaram em funcionamento, mas não por muito tempo, pois a igreja, abalada por novos tremores na década de 550, foi completamente destruída no terremoto de 588, o que determinou o seu abandono definitivo, sendo os ofícios episcopais transferidos para a Igreja de Cassiano,⁹⁷ que se tornou então a catedral da cidade,

⁹⁵ *Ibidem*, II, X, 1.

⁹⁶ SARADI, H. The dissolution of the urban space in the Early Byzantine centuries: the evidence of the imperial legislation. *Symmeikta*, v. 9, n. 2, p. 295-308, 1994.

⁹⁷ Infelizmente, não dispomos de informações precisas sobre a construção da Igreja de Cassiano. A primeira referência a ela encontra-se numa homilia pronunciada por Severo, patriarca de Antioquia, em 513, cf. MAYER, W.; ALLEN, P. *Op. cit.*, p. 52-54.

assim permanecendo durante toda a Idade Média.⁹⁸ Já o hipódromo, danificado no terremoto de 458, teria sofrido bastante com os tremores de 526 e 528, o que levou ao seu desmantelamento.⁹⁹ Suas pedras foram aproveitadas na reconstrução das muralhas por Justiniano, embora, anos mais tarde, o patriarca Gregório tenha solicitado ao imperador Maurício autorização para construir um novo hipódromo, pois as corridas de cavalo eram à época a principal modalidade de entretenimento da população, num contexto em que os espetáculos teatrais já não se mostravam tão ativos.¹⁰⁰ Afora os trabalhos de restauração da avenida das colunatas, das muralhas e das redes hidráulica e sanitária, não temos evidência de reparo ou construção de termas, teatros ou do hipódromo por Justiniano, o que denota a preocupação do imperador com assuntos de ordem prática, em especial a defesa e higiene da *pólis*.

Um dos indícios mais seguros de que Antioquia se afastava cada vez mais dos padrões herdados da Antiguidade, com a conseqüente perda da sua condição de *megapólis*, é a redução populacional do sítio, acontecimento que, em nossa opinião, deve ser atribuído ao número de vítimas dos severos terremotos que fustigaram a cidade ao longo de todo o século VI, ao êxodo provocado, não apenas pelos abalos sísmicos, mas pela invasão persa de 540 e, não menos relevante, pela pandemia de peste bubônica imediatamente posterior. De fato, a partir de 542, a peste irrompe em Antioquia em intervalos, prolongando-se pelos dois séculos seguintes. Originária da Abissínia, atual Etiópia, a peste ingressa no Império Bizantino em 541, tendo sido atestada pela primeira vez na cidade portuária de Pelúcio, no Delta do Nilo, e daí propagando-se por toda a África do Norte e pelo corredor sírio-palestino. No ano seguinte, já havia se disseminado pelo Oriente

⁹⁸ GUIDETTI, F. *Op. cit.*, p. 93-98.

⁹⁹ FOSS, C. Syria in transition, A. D. 550-750: an archaeological approach. **Dumbarton Oak Papers**, v. 51, p. 189-269, 1997.

¹⁰⁰ Não sabemos ao certo quando as performances teatrais, tão caras aos habitantes de Antioquia, foram de fato descontinuadas. É provável que, nas primeiras décadas do século VII, quando do domínio persa, os espetáculos de mimos e pantomimas não fossem mais encenados, uma vez que os persas tinham predileção pelos esportes equinos. Sob o Islã, as corridas de cavalo continuaram a ocorrer, mas não ouvimos falar de outros entretenimentos coletivos. Os teatros, por sua vez, foram abandonados, demolidos, convertidos em fortalezas ou adaptados para abrigar oficinas ou fornos, cf. KENNEDY, H. *From polis to madina, Op. Cit.*, p. 8.

Próximo, Ásia Menor e Europa.¹⁰¹ Segundo Sarris,¹⁰² os efeitos da peste foram letais não apenas para a população urbana, cujos níveis de concentração demográfica certamente favoreciam a disseminação da moléstia, mas também para a rural, o que assinala a capacidade de contágio. Em Antioquia, embora não haja evidências arqueológicas consistentes acerca do grau de mortalidade da peste, a exemplo de sepulturas coletivas, a destruição e/ou abandono de algumas residências parecem estar conectados, segundo Kennedy,¹⁰³ ao contexto da pandemia, cujo impacto deletério sobre a população da cidade é atestado por Evágrio,¹⁰⁴ um nativo da Síria que, nos sucessivos surtos da doença, perdeu muitos familiares e serviços.

Embora, como dissemos, o sítio de Antioquia nunca tenha sido inteiramente despovoado, o decréscimo populacional foi uma constante na segunda metade do século VI, coincidindo com a falta de investimento, tanto das autoridades imperiais quanto dos notáveis locais, na manutenção dos edifícios, monumentos e atividades urbanas. A bem da verdade, nem mesmo a proteção da cidade era mais viável. Em 573, quando Justino II se negou a pagar o tributo anual devido aos soberanos sassânidas, o exército persa comandado por Adarmahan fez diversas incursões no território da Síria, provocando, em Antioquia, a fuga em massa da população, receosa de que as muralhas, danificadas nos terremotos de 551 e 557, não suportassem o ataque. Os persas, no entanto, optaram por não invadir a cidade, limitando-se a pilhar e incendiar os arredores.¹⁰⁵ Seja como for, Antioquia revelava-se incapaz de sustentar a própria defesa, fato comprovado pelo episódio da ocupação persa entre 610 e 630. Na oportunidade, ao contrário do que ocorreu em 540, os persas não impuseram à cidade qualquer flagelo, capturando-a sem maior resistência.¹⁰⁶ Os novos senhores pouco intervieram na configuração étnica

¹⁰¹ LITTLE, L. K. Life and afterlife of the first plague pandemic. In: LITTLE, L. K. (ed.). **Plague and the end of Antiquity**. Malden: Blackwell, 2007. p. 3-32.

¹⁰² SARRIS, P. The Justinianic plague: origins and effects. **Continuity and change**, v. 17, n. 2, p. 169-182, 2002.

¹⁰³ KENNEDY, H. Justinianic plague in Syria and the archaeological evidence. In: LITTLE, K. *Op. cit.*, p. 87-95.

¹⁰⁴ EVAGRIUS, *Op. cit.*, IV, 29.

¹⁰⁵ FOSS, C. Late Antique Antioch, p. 25.

¹⁰⁶ DOWNEY, G. *Op. cit.*, p. 562.

e religiosa de Antioquia, limitando-se a recolher o tributo, pago em moeda.¹⁰⁷ No entanto, como argumenta Foss,¹⁰⁸ é possível que a invasão tenha favorecido a fuga dos aristocratas, dotados de maior mobilidade em comparação aos cidadãos mais pobres e aos camponeses. Nesse sentido, a ocupação persa teria dado ensejo, em definitivo, à dissolução das redes de evergetismo urbano, a despeito da retomada da cidade, em 630, por Heráclio. O retorno de Antioquia ao domínio bizantino não era, por si só, capaz de devolver à *pólis* a vitalidade de outrora, uma vez que o Império se via agora confrontado por uma nova ameaça: a ascensão árabe. Em agosto de 636, na Batalha de Yarmuk, a Síria é perdida para os invasores, que se apoderam então de diversas cidades, entre elas Antioquia, o quartel-general de Heráclio. Ciente da derrota, não resta outra alternativa ao imperador senão retirar-se para Constantinopla. A passagem do domínio bizantino ao árabe parece ter sido pacífica, pois a paisagem síria não guarda lembrança de qualquer destruição maciça. Em Antioquia, a cidade permanece como se encontrava sob os persas. Em Dafne, a maior parte das *villae* já havia sido abandonada antes mesmo de 636, muito provavelmente devido à campanha persa de 573.¹⁰⁹

Com a chegada dos árabes, Antioquia ingressa em outra fase da sua história, passando a exibir características que a distinguem como uma cidade medieval, o que implica uma alteração significativa na paisagem urbana. É bem verdade que a conquista árabe não foi a responsável pela súbita conversão da *pólis* greco-romana numa *madina* islâmica, pois as alterações no ambiente construído, nos órgãos administrativos e nas estruturas sociais de Antioquia já estavam em andamento muito antes dos Omíadas, mas é inegável que, sob o controle dos árabes, a cidade adquire pouco a pouco uma nova configuração, distanciando-se assim dos padrões arquitetônicos outrora vigentes, pois, do ponto de vista dos territórios controlados por Roma e Bizâncio, a ascensão do Islã não representou tão somente uma mudança de governo, mas antes a substituição de uma civilização por outra, o que incluía, naturalmente, as concepções sobre como ordenar o espaço urbano. Ao se instalarem no norte da Síria, ao menos num primeiro momento, os árabes não

¹⁰⁷ FOSS, C. The Persians in the Roman East. *Journal of the Royal Asiatic Society*, v. 13, n. 2, p. 149-170, 2003.

¹⁰⁸ FOSS, C. Syria in transition... *Op. Cit.*, p. 262.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 264.

intervieram na paisagem urbana, optando apenas por estabelecer um sistema eficiente de taxaço, pois a arrecadaço de tributos era o que mais os interessava no momento. Na medida em que o sistema tributário árabe, nos primeiros tempos da expansço, priorizava a arrecadaço em produtos e onerava muito mais a propriedade agrícola, não foi difícil para os árabes tornar o domínio sobre Antioquia uma atividade rentável, considerando a retraço das redes de comércio no final do século VI.¹¹⁰ Em todo caso, a *madina* dos Omíadas já era bastante diferente da *pólis* de Libânio e João Crisóstomo, pois as praças da cidade e o hipódromo, por exemplo, haviam sido ocupadas por residências humildes. A Grande Igreja não existia mais, assim como outros santuários, arruinados pelos terremotos, pelos incêndios ou pela falta de manutenção. Embora os árabes não tenham interferido no sistema de crenças da população, que, em sua maioria, era composta por cristãos de tendência monofisista, os recursos locais para a construção e/ou manutenção de igrejas, mosteiros e *martyria* não eram decerto abundantes. Antioquia, pois, era um sítio repleto de ruínas habitado por um contingente demográfico bastante inferior ao que havia sido.¹¹¹

Ainda que as alterações mais visíveis na paisagem urbana de Antioquia sejam anteriores ao período de dominaço omíada, não resta dúvida que os árabes, com o passar do tempo, também imprimiram sua marca no ambiente construído, o que significou, em linhas gerais, o abandono do plano viário ordenado e retilíneo, dos amplos espaços a céu aberto, a exemplo da ágora e do fórum, e do investimento em estruturas imponentes (teatros, termas, anfiteatros, basílicas). Na *madina* islâmica, as ruas se tornaram mais estreitas, sendo tomadas por residências e lojas. Desse modo, em substituição à avenida das colunatas e à praça do mercado, na cidade árabe predominava o *suq*, o bazar, construído em fileiras e sem planejamento.¹¹² Na moderna Antioquia (i. é, Antakya, na Turquia), o *suq*

¹¹⁰ Em virtude da queda demográfica, Antioquia, na segunda metade do século VI, deixa de ser o epicentro de redes de troca de longa distância e mercado consumidor atrativo para os produtos da *khora*, o que certamente impactou a economia da região, como sugere FOSS, C. *Op. cit.*, p. 204. Em Selêucia Pieria, o porto de Antioquia, os arqueólogos do comitê de escavações de 1932-1939 não localizaram nenhuma inscrição desse período. Todas as evidências sugerem que o sítio estava despovoado antes de 636, assinalando assim o nível de retraço comercial de Antioquia, cf. KENNEDY, H. The last century of Byzantine Syria. *Op. Cit.*, p. 155.

¹¹¹ FOSS, C. Syria in transition... *Op. Cit.*, p. 195 *et seq.*

¹¹² KENNEDY, H. From *polis* to *madina*... *Op. Cit.*, p. 12-13.

encontra-se situado às margens do Orontes, no mesmo sítio da primeira ágora, construída pelos Selêucidas quando da fundação da cidade, em 300 a.C.¹¹³ Já o hábito de se frequentar as termas permanece, pois a cultura árabe atribuía grande importância ao asseio corporal, mas os novos edifícios, de dimensões modestas, nem de longe se equiparam aos banhos públicos da Antiguidade. Na *madina*, a principal referência topográfica era a mesquita, local de encontro da população e de pronunciamento das autoridades islâmicas. Desse modo, no norte da Síria, em geral, e na região de Antioquia, em particular, os califas se preocuparam muito mais em garantir a produtividade agrícola, principal fonte de rendimento. Em termos edilícios, sua principal contribuição foi, além da conservação do sistema hidráulico, a construção de palácios e mesquitas.¹¹⁴ Sob os Omíadas, Antioquia nem de longe lembrava a cidade que fora um dia, pois, de *megapólis* do Oriente Próximo, havia se convertido, no fim das contas, numa fortaleza, num posto avançado dos árabes no norte da Síria.

Considerações finais

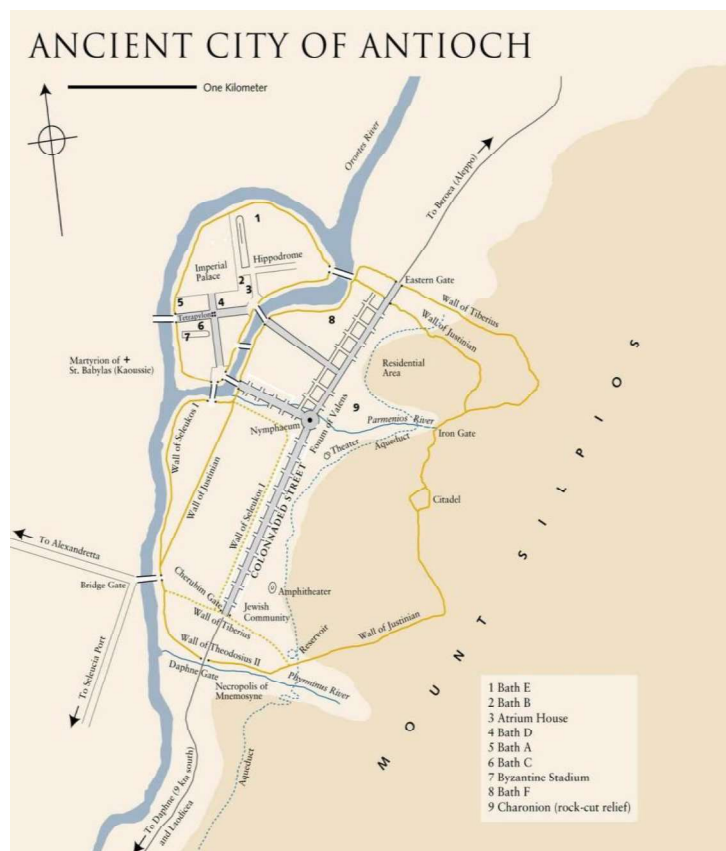
Quando avaliamos a trajetória de Antioquia entre os séculos III e VII, constatamos que a história da *pólis* se divide em duas fases muito bem caracterizadas. A primeira delas, que se inicia em meados do século III e se prolonga até as primeiras décadas do VI, é marcada por um crescimento contínuo, como nos revelam as atividades edilícias, a expansão das muralhas, o súbito incremento populacional, a conurbação com cidades menores e a vitalidade das redes de comércio. Nessa conjuntura, mesmo a crise que, por todas as regiões do Império, atingiu a ordem dos decuriões, dificultando o registro de novos membros na *curia* ou *boulé*, não acarretou um enfraquecimento do evergetismo municipal, pois Antioquia contava com um contingente de *principales* e *honorati* dispostos a honrar os compromissos litúrgicos, com destaque para os banhos públicos e os entretenimentos cívicos. Além disso, Antioquia, por ser a *megapólis* do Oriente Próximo e por abrigar o quartel general do *comes Orientis* e do *magister militum*

¹¹³ KENNEDY, H. Antioch: from Byzantium to Islam and back again. In: RICH, J. (ed.). **The city in Late Antiquity**. London: Routledge, 1992. p. 181-198.

¹¹⁴ KENNEDY, H. From *polis* to *madina*... *Op. Cit.*, p. 15-18.

per Orientem, desempenhava um relevante papel estratégico, tendo sempre atraído a atenção dos imperadores, que, em mais de uma ocasião, mostraram-se generosos para com a *pólis* e seus habitantes. Ocorre, no entanto, que a história de uma cidade, como toda e qualquer história, é plena de imprevistos e de contingências, fatores que muitas vezes os historiadores relutam em considerar nas narrativas que elaboram sobre o passado. No caso de Antioquia, os terremotos de 526 e 528, a invasão persa de 540 e a pandemia de 542 foram golpes duríssimos que terminaram por se sobrepor à vontade imperial de manter a cidade em funcionamento. Ao longo do seu governo, Justiniano, sem dúvida, se esmerou na reconstrução da cidade, fazendo o possível para que a *pólis* voltasse a exibir a mesma opulência de outrora, mas a tarefa era superior aos recursos disponíveis, num contexto em que os imperadores bizantinos, além de tentarem recuperar as antigas possessões romanas no Ocidente, ainda tinham de enfrentar a animosidade dos persas e, logo depois, dos árabes. É bem possível que um dos principais fatores que propiciaram a transição de Antioquia da cidade pós-clássica à medieval encontra-se conectado à acentuada queda demográfica que sofreu, pois todos os relatos acerca dos contratemplos por ela vividos, no século VI, são unânimes em mencionar a flutuação do contingente populacional, seja por óbito, deportação ou fuga, o que nos recorda o quanto a população é uma variável determinante quando se trata de mensurar a grandeza de uma cidade.

Mapa de Antioquia na Antiguidade Tardia



Fonte: KONDOLEON, C. *Op. cit.*, p. xv

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

AMMIANUS MARCELLINUS. **History**: books 20-26. Translated by John C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

EVAGRIUS SCHOLASTICUS. **Ecclesiastical History**. Translated with an introduction by Michael Whitby. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

JOHN MALALAS. **Chronicle**. Translated by Elizabeth Jeffreys, Michael Jeffreys and Roger Scott. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 2006.

PHARR, C.; DAVIDSON, T. S. (ed.). **The Theodosian Code and novels, and Sirmundian Constitutions**. Princeton: Princeton University Press, 1952.

PROCOPIO DE CESAREA. **Historia de las guerras**: libros I-II, Guerra Persa. Introducción, traducción y notas de Francisco Antonio García Romero. Madrid: Gredos, 2000.

PROCOPIUS. **On buildings**. Translated by H. B. Dewing. Harvard: Harvard University Press, 1954.

Fontes SecundáriasALFÖLDY, G. **A História Social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

BARROS, J. A. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDS, G. Preservation, Historicization, Change: Antioch A. D. 350-450. *In*: BERGJAN, S. P.; ELM, S. (ed.). **Antioch II**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2018. p. 13-33.

BRANDS, G. Hellenistic Antioch on the Orontes: a status quo. **Analolu ve Çevresinde Ortaçag**, n. 4, p. 1-18, 2010.

BROOTEN, B. The Jews of Ancient Antioch. *In*: KONDOLEON, C. (ed.). **Antioch: the lost ancient city**. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 29-37.

BROWNING, R. The role of the theatrical clagues in the Later Roman Empire. **The Journal of Roman Studies**, n. 42, p. 13-20, 1952.

BUTCHER, K. **Roman Syria and the Near East**. Los Angeles: Getty Publications, 2003.

CABOURET, B. Sous les portiques d'Antioche. **Syria**, t. 76, p. 127-150, 1999.

CARVALHO, M. M. Relações conflituosas entre o imperador Juliano e a cidade de Antioquia. *In*: CARVALHO, M. M.; LOPES, M. A. S.; FRANÇA, S. S. L. (org.). **As cidades no tempo**. São Paulo: Olho d'Água, 2005. p. 113-123.

CASEAU, B. Sacred landscapes. *In*: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (ed.). **Interpreting Late Antiquity: essays on the Postclassical World**. Cambridge: Belknap, 1999. p. 21-59.

DE GIORGI, A. **Ancient Antioch: from the Seleucid Era to the Islamic conquest**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

DEY, H. W. **The afterlife of the Roman city: architecture and ceremony in Late Antiquity and Early Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

DICKINSON, C. P.; VAN NIJF, O. (ed.). **Public space in the post-classical city**. Leuven: Peeters, 2013.

DOWNEY, G. **Antioch in the age of Theodosius the Great**. Norman: University of Oklahoma Press, 1962.

DOWNEY, G. **A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the Arab conquest**. Princeton: Princeton University Press, 1961.

DOWNEY, G. The size of the population of Antioch. **Transactions and proceedings of the American Philological Association**, v. 89, p. 84-91, 1958.

FOSS, C. The Persians in the Roman East. **Journal of the Royal Asiatic Society**, v. 13, n. 2, p. 149-170, 2003.

FOSS, C. Late Antique Antioch. In: KONDOLEON, C. (ed.). **Antioch: the lost ancient city**. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 23-37.

FOSS, C. Syria in transition, A.D. 550-750: an archaeological approach. **Dumbarton Oak Papers**, v. 51, p. 189-269, 1997.

FRIGHETTO, R. **Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformação**. Curitiba: Juruá, 2012.

GLOTZ, G. **A cidade grega**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

GUIDETTI, F. Urban continuity and change in Late Roman Antioch. **Acta Byzantina Fennica**, v. 3, p. 81-104, 2010.

JONES, A. H. M. **The Later Roman Empire (284-602)**. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

KENNEDY, H. Justinianic plague in Syria and the archaeological evidence. In: LITTLE, L. K. (ed.). **Plague and the end of Antiquity: the pandemic of 541-750**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 87-95.

KENNEDY, H. Antioch: from Byzantium to Islam and back again. In: RICH, J. (ed.). **The city in Late Antiquity**. London: Routledge, 1992. p. 181-198.

KENNEDY, H.; LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. Antioch and the villages of Northern Syria in the fifth and sixth centuries A. D.: trends and problems. **Nottingham Mediaeval Studies**, n. xxxiii, p. 65-90, 1989.

KENNEDY, H. From *polis* to *madina*: urban change in late antique and early Islamic Syria. **Past and present**, n. 106, p. 3-27, 1985.

KENNEDY, H. The last century of Byzantine Syria: a reinterpretation. **Byzantinische Forschungen**, n. 10, p. 141-183, 1985.

KLEINBAUER, E. W. Antioch, Jerusalem, and Rome: the patronage of Emperor Constantius II and architectural invention. **Gesta**, v. 45, n. 2, p. 125-145, 2006.

KONDOLEON, C. (ed.). **Antioch: the lost city**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

LASSUS, J. La ville d'Antioche à l'époque romaine d'après l'archéologie. **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt**, Berlin, II, p. 54-102, 1977.

LASSUS, J. **Antioch-on-the-Orontes: les portiques d'Antioche**. Princeton: Princeton University Press, 1972. v. 5.

LAURI, L. La città mediorientale in trasformazione: Antiochia dal tardo antico alla conquista araba. **Porphyra**, suppl. 13, anno IX, p. 2-59, 2012.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **The decline and fall of the Roman city**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LIEBESCHUETZ, W. The end of the ancient city. *In*: RICH, J. (ed.). **The city in Late Antiquity**. London: Routledge, 1992. p. 1-49.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **Antioch: city and imperial administration in the Later Roman Empire**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1972.

LITTLE, L. K. Life and afterlife of the first plague pandemic. *In*: LITTLE, L. K. (ed.). **Plague and the end of Antiquity: the pandemic of 541-750**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 3-32.

LOSEBY, S. T. Mediterranean cities. *In*: ROUSSEAU, P. (ed.). **A companion to Late Antiquity**. Malden: Blackwell, 2012. p. 139-155.

MacCORMACK, S. **Art and ceremony in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1981.

MARAVAL, P. **Lieux saints et pèlerinages d'Orient**. Paris: Du Cerf, 2011.

MARCUS, J.; SABLOFF, J. A. (ed.). **The ancient city: new perspectives on Urbanism in the Old and New World**. Santa Fe: School for Advanced Research, 2008.

MARTINS, M. M.; SILVA, G. V. Cidade antiga e sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares. *In*: FERREIRA, A.; MARQUES, A. (org.). **Atas do II Congresso Histórico Internacional: as cidades na história, sociedade**. Guimarães: Diário do Minho, 2019. p. 76-108.

MAYER, W.; ALLEN, P. **The churches of Syrian Antioch: 300-638 CE**. Leuven: Peeters, 2012.

MEIRELES, M.; SANCHES, C. Atributos que caracterizam uma megalópole. *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, n. 10, supl. 1, p. 17-35, 2018.

MUNFORD, L. **The city in History: its origins, its transformations, and its prospects**. New York: Harcourt Brace, 1961.

NICOLET, C. Introduction. *In*: NICOLET, C.; ILBERT, R.; DEPAULE, J. C. (éd.). **Mégapoles méditerranéennes**: géographie urbaine rétrospective. Rome: École Française de Rome, 2000. p. 11-19.

PANZRAM, S. (ed.). **The power of the cities**: Medieval and Early Modern World. Leiden: Brill, 2019.

PERRIN, M. Y. Le nouveau style missionnaire: la conquête de l'espace et du temps. *In*: MAYEUR, J. *et al.* (éd.) **Histoire du Christianisme**. Paris: Desclée, 1995. p. 585-621. t. 2.

PIRENNE, H. **As cidades da Idade Média**: ensaios de História Económica e Social. Lisboa: Europa-América, [19--].

POCCARDI, G. Antioche de Syrie. Pour un nouveau plan urbain de l'île de l'Oronte (Ville Neuve) du IIIe au Ve siècle. **Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité**, t. 106, n. 2, p. 993-1023, 1994.

RAMINELLI, R. História Urbana. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.

RAPP, C.; DRAKE, H. A. (ed.). **The city in Classical and Post-Classical World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

REBBILARD, E. *Koimeterion et Coemterium*: tombe, tombe sainte, nécropole. **Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité**, t. 105, n. 2, p. 975-1001, 1993.

ROBERTSON, D. S. **Arquitetura grega e romana**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

SALAMITO, J. M. La christianisation et les nouvelles règles de la vie sociale. *In*: MAYEUR, J. *et al.* (éd.). **Histoire du Christianisme**. Paris: Desclée, 1995. p. 675-717. t. 2.

SALIOU, C. Le palais imperial d'Antioche et son contexte à l'époque de Julien: réflexions sur l'apport des sources littéraires à l'histoire d'un espace urbain. **Antiquité Tardive**, n. 17, p. 235-250, 2009.

SALIOU, C. Mesurer le paradis: contribution au portrait d'Antioche aux époques romaine et protobyzantine. *In*: NICOLET, C.; ILBERT, R.; DEPAULE, C. H. (dir.). **Mégapoles méditerranéennes**: Géographie urbaine rétrospective. Rome: École Française de Rome, 2000. p. 802-819.

SARADI, H. The dissolution of the urban space in the early Byzantine centuries: the evidence of the imperial legislation. **Symmeikta**, v. 9, n. 2, p. 295-308, 1994.

SARRIS, P. The Justinianic plague: origins and effects. **Continuity and change**, v. 17, n. 2, p. 169-182, 2002.

SEARS, F. **Roman theatres: an architectural study**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SILVA, E. C. M. O platô de Dafne na Antiguidade Tardia: os usos do espaço e a relação com a *asty* de Antioquia de Orontes. In: LIMA NETO, B. M.; SILVA, E. C. M.; SILVA, G. V. (org.). **Formas e imagens da cidade antiga**. Vitória: Milfontes, 2020. p. 201-230.

SILVA, G. V. Corpo, performance e transgressão em Antioquia: João Crisóstomo e a censura aos *ludi theatralis*. In: MELLO, W. J. et al. (org.). **História, memória, oralidade e culturas**. Fortaleza: EdUECE, 2019. p. 297-317. v. III.

SILVA, G. V. Espaço, cotidiano e sociabilidade em Antioquia: uma leitura do *Antiochikos* de Libânio. In: CERQUEIRA, F.; GONÇALVES, A. T.; MEDEIROS, E.; BRANDÃO, J. L. (org.). **Saberes e poderes no Mundo Antigo: estudos ibero-latino-americanos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 257-274. v. 1.

SOLER, E. **Le sacré et le salut à Antioche au IVe siècle après J.-C.**: pratiques festives et comportements religieux dans le processus de christianisation de la cité. Beyrouth: Institut Français du Proche-Orient, 2006.

TATE, G. Les relations villes-campagnes dans le Nord de la Syrie entre le IVe et le VIe siècle. **Topoi. Orient-Occident**, suppl. 5, p. 311-318, 2004.

UGGERI, G. Antiochia sull'Oronte: profilo storico e urbanistico. In: PADOVESE, L. (ed.). **Paolo di Tarso: Archeologia, storia, ricezione**. Cantaluppa: Effatá, 2009. p. 87-127.

UNITED NATIONS; DEPARTMENT OF ECONOMICS AND SOCIAL AFFAIRS. **World urbanization prospects**. New York, 2019. Disponível em <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Highlights.pdf>. Acesso em 15/12/2020.

WARD-PERKINS, B. The cities. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. (ed.). **The Cambridge Ancient History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 371-410. v. XII.

WARD-PERKINS, B. **The fall of Rome and the end of civilization**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WATAGHIN, G. C. Christian topography in the Late Antique town: recent results and open questions. In: LAVAN, L.; BOWDEN, W. (ed.). **Theory and practice in Late Antiquity Archaeology**. Leiden: Brill, 2003. p. 224-256.

WHARTON, A. **Refiguring the post-classical city**. New York: Cambridge University Press, 1995.

WHITTOW, M. Ruling the Late Roman and Early Byzantine city: a continuous history. **Past and Present**, n. 129, p. 3-29, 1990.

WILL, E. Antioche sur l'Oronte: métropole de l'Asie. **Syria**, n. 74, p. 99-113, 1997.

YEGÜL, F. Baths and bathing in Roman Antioch. In: KONDOLEON, C. (ed.). **Antioch: the lost city**. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 146-151.

ZETTERHOLM, M. **The formation of Christianity in Antioch**. London: Routledge, 2003.

Recebido: 08/10/2020
Aprovado: 24/02/2021